



ATA da 93ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA

Expediente:

I. Sugestão de Inclusão de Pauta

Ordem do dia

- I. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – Ecoponto Flamingo – com finalidade de recebimento voluntário de Resíduos da Construção Civil e Objetos Volumosos – S-IT no Valor R\$ 250.108,30 (PA nº 2011-0.046.329-8).
- II. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – Ecoponto Parque Boturussú – com finalidade de recebimento voluntário de Resíduos da Construção Civil e Objetos Volumosos – SP-EM no valor de R\$ 258.801,40 (PA nº 2014-0.209.031-1).
- III. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – Ecoponto Jaçanã – com finalidade de recebimento voluntário de Resíduos da Construção Civil e Objetos Volumosos – SP-JT no Valor R\$ 256.361,75 (PA nº 2014-0.194.846-0).



-
- IV. Apreciação e Deliberação sobre Prorrogação contratual dos serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Herculano, no valor de R\$ 871.204,66 (PA. nº 2010-0.218.959-0).
- V. Apreciação e Deliberação sobre Prorrogação contratual dos serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo de Parques Piqueri, no valor de R\$ 626.946,41 (PA. nº 2011-0.253.532-6).
- VI. Apreciação e Deliberação sobre Processo licitatório visando a contratação dos serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo de Parques Tiquatira, no valor de R\$ 2.192.895,98 (PA. nº 2013-0.182.234-1).
- VII. Apreciação e Deliberação sobre prestação de serviços contratual de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Prainha no valor de R\$ 1.060.352,14 (PA. nº 2014-0.085.908-1).
- VIII. Apreciação e Deliberação sobre prestação de serviços contratual de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Shangri-Lá no valor de R\$ 1.956.955,66 (PA nº 2013-0.177.428-2) .
- IX. Apreciação e deliberação sobre contratação de serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial desarmada para os Parques Naturais Municipais no valor de R\$ 8.907.242,32. (PA nº 2014-0.125.578-3).
- X. Apreciação e Deliberação sobre contratação dos serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial desarmada para o Parque do Carmo no valor de R\$ 2.476.231,28 (PA nº 2009-0.348.214-9)
- XI. Apreciação e Deliberação sobre contratação dos serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial desarmada para dos Parques do Grupo Centro-Oeste no valor de R\$ 574.094,63, (PA nº 2011-0.074.761-0)
- XII. Apreciação e deliberação de contratação dos serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial desarmada para o Parque do Grupo Sul no valor R\$ 9.573.326,55 (PA nº 2013-0.164.017-0)



- XIII. Apreciação e Deliberação sobre contratação dos serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial desarmada para o Parque do Ibirapuera no valor de R\$ 15.452.186,38, (PA nº 2014-0.143.911-6)

Anexos:

Parecer Técnico ECOPONTO FLAMINGO – processo nº. 2011-0.046.329-8.

Parecer Técnico ECOPONTO BOTURUSSÚ – processo nº 2014-0.209.031-1.

Parecer Técnico ECOPONTO JAÇANÃ – processo nº 2014-0.194.846-0.

Parecer Técnico serviços de manejo e conservação do Grupo de Parques Herculano – processo nº 2010-0.218.959-0.

Parecer Técnico serviços de manejo e conservação do Grupo de Parques Piqueri – processo nº 2011-0.253.532-6

Parecer Técnico serviços de manejo e conservação do Grupo de Parques Prainha – processo nº 2014-0.085.908-1.

Parecer Técnico serviços de manejo e conservação do Grupo de Parques Shangri-Lá – processo nº 2013-0.177.428-2.

Parecer Técnico dos serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial Desarmada –dos Parques Naturais Municipais - processo nº. 2014-0.125.578-3.

Parecer Técnico dos serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial Desarmada –do Parque do Carmo - processo nº. 2009-0.348.214-9.

Parecer Técnico dos serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial Desarmada –dos Parques Naturais Municipais - processo nº. 2014-0.125.578-3.

Parecer Técnico dos serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial Desarmada –dos Parques do Grupo Centro-Oeste - processo nº. 2011-0.074.761-0.

Parecer Técnico dos Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial Desarmada – dos Parques Municipais do Grupo Sul – processo nº .2013-0.164.017-0.

Parecer Técnico dos serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial Desarmada para o Parque Ibirapuera – processo nº. 2014-0.143.911-6.

Wanderley Meira do Nascimento

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente e
Presidente do Conselho Municipal do Fundo do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – FEMA



Secretário Executivo Rubens Borges: Bom dia, senhores conselheiros. Daremos início à 93ª reunião plenária ordinária, realizada em 29/8/2014. Inicialmente, eu gostaria de transmitir o recado do Damasceno, nosso diretor, coordenador do Fundo, de que ele se desculpa por não estar presente, mas ele tinha outro compromisso de trabalho também, da Secretaria, e então, ele não está presente. Então a gente vai dar andamento normal na reunião, independente da falta do Damasceno. E se eventualmente tiver algum questionamento ou alguma coisa que a gente não possa decidir nessa plenária, e que deva consultar o departamento formalmente, eu levo para ele os questionamentos, e para a próxima reunião a gente traz as respostas. Então, iniciando o expediente, eu pergunto se existe alguma sugestão de inclusão na pauta, para essa reunião. Não? Para a próxima reunião também, alguma sugestão? Então vamos dar início à ordem do dia. Hoje nós temos a ordem do dia, a pauta que vocês receberam tinha doze itens. No entanto, o item 6, que era deliberação do grupo de Parques Tiquatira, ele foi excluído da pauta por conta da necessidade de fazer novos cálculos de readequação de valores e tal, então ele foi retirado. Então o item 6 foi excluído da pauta que vocês receberam. Então eu vou seguir a sequência, lembrando que todos os processos que serão discutidos aqui, hoje, estão disponíveis aqui ao lado, numerados na ordem da pauta. Então o primeiro ponto de pauta que nós temos, é apreciação e deliberação sobre implantação do ponto de entrega voluntária Ecoponto Flamingo, com finalidade de recebimento voluntário de resíduos da construção civil, e objetos volumosos. O processo é o 2011.0.046.329-8. Proponente é a Secretaria Municipal de Serviços, por meio da AMLURB, que é a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana. Valor da proposta é R\$ 250.108,30. Análise e avaliação da proposta: a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, AMLURB, solicita análise da proposta de implantação do ponto de entrega voluntária denominado Ecoponto Flamingo, localizado às ruas Alexandre Dias Nogueira, e Ivan Bolt Calvic, distrito Curuçá, subprefeitura de Itaim Paulista. A proposta vem acompanhada do ofício 798/SPIT/GAB/10, da subprefeitura do Itaim Paulista, que disponibiliza a área municipal sob folhas 474, dando formalidade à legislação vigente, que a área em questão está enquadrada dentro da resolução de SEMPLA/CTLU/103/2008, e no Decreto Municipal 55.113 de 15 de maio de 2014, publicado no DOC de 16/5/2014, página 1. Sob folhas número 481 a 489, consta o memorial descritivo e as especificações técnicas do projeto, conforme previsto no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, e no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Paulo. Os custos da obra foram baseados na planilha de custos de EDIF, encartados em folhas 490 a 495. Em folhas 503 a 508, segue a apresentação realizada na reunião plenária ordinária do CONFEMA, do dia 28/3/2014, referente à ampliação de ecopontos na cidade de São Paulo. Em folhas 511, segue juntada a previsão orçamentária de desembolso para a meta de 2014. Enquadramento nas diretrizes, objetivos e princípios da política municipal de meio ambiente. A proposta se enquadra nas diretrizes do SISNAMA e do CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e que determina, explicitamente, que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se, principalmente, a apoiar planos, programas e projetos que visem, entre outros, a manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. A proposta está amparada nas metas da lei municipal de mudanças do clima, número 14.933/2009. Enquadramento nas estratégias de ação: segundo a resolução 165/CADES/2014, de 11 de fevereiro de 2014, que trata da diretriz anual para a utilização de recursos do FEMA, nos termos do artigo 8º, inciso 1, do decreto 41.713, observamos que a presente proposta se enquadra nas diretrizes apoio à política de implantação de ecopontos de reciclagem, reutilização, e redução de resíduos sólidos na cidade de São Paulo. Análise econômica e orçamentária da proposta: o custo para implantação do ecoponto Flamingo, baseado na tabela de EDIF sob folhas 474 a 499, sendo estimado em R\$ 250.108,30, com cronograma de desembolso para o presente exercício. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV, considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 31 de julho. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então pergunto se tem alguma consideração. Conselheira Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Bom dia. Cristina, SAJAP. Dois assuntos. Rubens, antes de começar, na última reunião, o Damasceno falou que aquela prestação de contas, aquela planilha, ia ser entregue só nas reuniões ordinárias. E sempre nas reuniões ordinárias. E então, eu queria informação sobre isso. A segunda, eu estranhei um pouco a discrepância de valor desse ecoponto com relação aos



outros que a gente já aprovou. Para menor, essa daqui. Então eu não sei se esse ecoponto é uma área muito menor, qual é a particularidade.

Secretário Executivo Rubens Borges: Na verdade, o processo está aqui disponível. Mas é assim: o que a gente observou é que os ecopontos, eles variam entre 200 a 250 mil reais, a implantação de cada um deles. A diferença de valores é que às vezes, o terreno precisa de uma terraplanagem, ou ele precisa de algum tratamento anterior à própria construção, e que envolve um custo um pouco maior. Mas os projetos estão todos aqui, disponíveis para consulta, e aí, a gente pode até, se for o caso, parar para dar uma consultada no processo. Fica à disposição. Sem problemas. Com relação à apresentação da situação, um diagnóstico do FEMA hoje, se vocês quiserem, antes da aprovação, a gente pode voltar e tratar desse assunto. Ou fica mais para frente, fica a critério dos Conselheiros. Vocês preferem ver agora, ou... Porque assim, na verdade, o que eu trouxe é um quadro muito simplificado do que nós temos aprovado até agora. Então deixa eu ver se dá para ampliar um pouco aqui.

Cons. Cristina Antunes: (colocação fora do microfone)

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. Esse levantamento do que foi realizado, eu tenho o que foi aprovado. O que foi realizado, o que nós temos de previsão de realização... Porque o que foi realizado, a gente até tem. Agora, têm algumas licitações que estão em andamento, e que o contrato pode começar em outubro, em novembro ou em dezembro. Então a gente não tem essa previsão. Mas a princípio, em um levantamento prévio que foi feito ontem, com DAF, nós temos aqui, de previsão de despesas para 2014, R\$ 139.219.674,00. Porém, já se sabe que tem uma... Por conta de atraso, das licitações, do andamento do próprio processo, têm cerca de 9 milhões desses 139 que com certeza, não serão usados este ano. Porque o tempo foi passando, e aquela estimativa de despesa que se tinha para 2014 não vai ser realizada. Então esse dinheiro, ele permanece na conta do FEMA, e ele fica lá para ser utilizado em 2015. Então, o que acontece? Provavelmente a gente vai usar menos do que 139 milhões esse ano. Porém, para o ano de 2015, a gente vai utilizar um valor maior do que os 70 milhões que a gente tem aprovados. Então, o que a gente deixa de usar esse ano, automaticamente, a gente vai utilizar o ano que vem, porque o processo vai começar mais tarde. E ele vai comprometer mais o orçamento de 2015. Conselheira Sônia?

Cons. Sônia: Bom dia. Desculpa pelo atraso. Sônia, Morro do Querosene. Eu gostaria que se tornasse um ponto de pauta fixo, esse demonstrativo. Porque a gente continua recebendo processos com valores muito altos. Apesar da gente já ter falado em reuniões anteriores, de que já alcançamos o valor disponível. Então eu gostaria, realmente, que a gente fizesse esse acompanhamento. Sobre essa exposição que você fez agora, eu gostaria de saber qual é a previsão de entrada, e qual é o saldo que a gente tem então, de 2014, e para 2015, com as informações que a gente tem, com certeza.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom, eu não sei se o Sérgio tem essa informação aqui em mãos, mas é com DAF.

Sérgio: Sérgio, DAF 1. Nós temos a previsão de consumir, ainda em 2014, 118 milhões. Não 139. Quer dizer, foi aprovado um valor que fatalmente, nós não vamos consumir todo esse valor. Por quê? As licitações, elas abrem com um valor maior, depois a gente consegue um valor menor, ou a demora acontece, ou os pagamentos não são cheios. E a gente prevê um valor de pagamento mensal e a empresa não trabalha tudo. Então o valor sai a menor, dependendo da medição. Então tudo isso faz enxugar um pouquinho. Então a diferença já está grande. De 139 para 118 para manutenção dos parques, que é manejo e vigilância. Tem alguma outra coisa também. Alguns outros projetos aprovados...

Secretário Executivo Rubens Borges: É. Nesses valores aqui também estão os ecopontos, as ciclovias. Então, aqui é tudo o que foi aprovado pelo FEMA. Não é só manejo e vigilância que está englobado nesse valor. Então nós temos aqui, por exemplo, só de ciclovias, foram 10 milhões, que tinham disponíveis no orçamento, que foram aprovados. Mais cerca de 2 milhões que foram aprovados até agora, de ciclovias. Teve um projeto de mais 2 milhões, que era pavimentação da via Maria Trindade, que foi em uma das primeiras reuniões do ano, que foi aprovada. Então, se a gente for deduzindo, a gente chega nesse total de 118 milhões, que o Sérgio está colocando. É de manejo e vigilância de parques. Conselheira Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Cristina, SAJAP. Eu vou pegar um atalho só para colocar uma questão que eu espero que seja esclarecida. Você mencionou ciclovias. A gente aprovou 10 milhões para ciclovias. E assim como outros projetos, eu queria saber como que é feita a fiscalização do que está sendo implantado. E está aí nos jornais, discussão em cima do que a CET está colocando na rua. E têm questionamentos técnicos, inclusive. Qual é a correção desses projetos. Então eu queria saber



se a gente tem aqui... Tem feito o acompanhamento disso, para ver se o dinheiro está sendo aplicado adequadamente. Nós temos notícias de ciclovias que estão sendo feitas, e estão sendo desfeitas, por conta de projeto defeituoso.

Secretário Executivo Rubens Borges: Nós temos um acordo com a Secretaria de Transportes de que à medida que os projetos forem sendo realizados com recursos do FEMA... Porque assim, o montante é muito maior do que o recurso que o FEMA disponibilizou. Mas aqueles projetos que forem atendidos com recursos do FEMA, a gente pediu que os processos retornem para cá, para que a gente possa... ou que eles venham fazer uma apresentação, de quanto e como foram aplicados os recursos. Mas isso só pode ser feito depois que o recurso for aplicado. Aí eles vêm prestar contas de como foram aplicados esses recursos. A exemplo do que foi feito com a Conferência Municipal de Meio Ambiente, que veio uma pessoa da AMLURB. A exemplo do que a própria SMT faz com os trólebus, com os recursos do FEMA, que é destinado para o trólebus. A gente tem o mesmo acordo com eles. Então depois que tiver aplicado esse recurso, eles vão retornar aqui, para fazer uma apresentação da aplicação desse recurso. Pois não, Conselheiro Azoni.

Cons. Azoni: Azoni. Não. Só fazendo o adendo da Cristina sobre a prestação de contas da Secretaria de Transportes, acho que seria interessante mesmo, porque nós debatemos tanto aqui quanto ao quilômetro, quanto seria o custo, e foi feita uma explicação técnica, tanto pelo Secretário como pelos técnicos, e o que a gente está vendo, não está sendo cumprido. Ele simplesmente passa uma tinta em cima, demarca, e fala que está pronto. Então até para a gente poder ter um respaldo mesmo, de que o dinheiro foi bem aplicado. Acho que é bem positivo.

Secretário Executivo Rubens Borges: Está certo. A gente vai reforçar isso. E à medida que os processos forem sendo concluídos, eles vêm aqui para prestar contas. Isso já é um acordo anterior até, à aprovação dos recursos. Bom, pergunto se tem mais algum questionamento. Conselheira Sônia.

Cons. Sônia: Sobre os recursos disponíveis. Esses são os que estão em execução?

Secretário Executivo Rubens Borges: É o que foi aprovado. É. Com relação a 2014, você tem o recurso disponível, Sérgio, essa informação?

Sérgio: Recurso disponível no orçamento: 123 milhões disponíveis para a gente consumir em 2014. Nós estamos consumindo 118. Temos a previsão de consumir, até 31 de dezembro, 118. Deve diminuir um pouquinho mais, talvez 116, por aí.

Cons. Cristina Antunes: Esses que a gente está aprovando hoje, por exemplo, eles vão entrar no orçamento de 2015?

Secretário Executivo Rubens Borges: Parte de 2015, finalzinho de 2014. Então os valores que a gente está aprovando hoje, se as licitações seguirem o seu curso normal, a gente está presumindo que até outubro, a gente esteja contratando. Então comprometeria dois meses de recursos deste ano, e o restante do ano que vem. Novembro e dezembro, e o restante para o ano que vem.

Cons. Sônia: Esses recursos de manejo e segurança que a gente está aprovando agora, eles estão utilizando... Porque precisa ter o recurso disponível para conseguir empenhar, não é isso?

Secretário Executivo Rubens Borges: Sim. Isso.

Sérgio: Esse recurso... Esse que nós estamos solicitando hoje, já está na previsão...

Secretário Executivo Rubens Borges: Já está nesses 118 milhões.

Cons. Sônia: Já está incluído nos 118?

Secretário Executivo Rubens Borges: É. Quando DAF fez o cálculo de quanto nós teríamos disponíveis, já são com todos os contratos necessários até o final do ano. Então dá esse total de 118 milhões, e existem 123 milhões disponíveis, segundo a informação de DAF. E para o ano que vem, a gente está prevendo, no orçamento, o custeio desses contratos para o ano seguinte, que o Pedro até esclareceu na última reunião, a respeito desses recursos. Pois não, Conselheira Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Eu queria saber como está o negócio do descongelamento da verba. Porque na última reunião, o Carlos informou que até agora não conseguiu terminar licitação da verba de outubro do ano passado. Então eu queria saber como está esse processo das licitações, e como está a liberação dos dinheiros já licitados.

Secretário Executivo Rubens Borges: Sérgio, é com você.

Sérgio: A senhora sabe qual o processo?

Cons. Cristina Antunes: Especificamente do Cordeiro...

Sérgio: Alguns travam por algum motivo.

Cons. Cristina Antunes: Não. Nós estamos sem vigilância no Parque do Cordeiro. Portanto, uma parte do parque está fechada por não ter vigilância. A gente solicitou um contrato de emergência, não pôde ser feito, não sei porque, mas tinha previsão de três meses para fazer uma nova licitação. E na



última reunião, o Carlos chegou até bravo: “estou muito bravo porque eu não consegui fazer a licitação”. Então, não estou entendendo o que está acontecendo. Porque o dinheiro está aprovado, apesar do meu voto contra, mas foi aprovado o dinheiro para vigilância. E a gente está com o parque fechado, porque não sai a licitação. Não é pregão, como é que é? O que está acontecendo com as licitações? Porque se tem o caso do Cordeiro, certamente têm outros.

Sérgio: É. Eu não sei nesse caso específico o que está acontecendo. O porquê... O Cordeiro, ele tem o grupo Cordeiro. Então eu não sei te dizer o que está acontecendo, porque está lenta essa tramitação. Mas é necessário...

Cons. Cristina Antunes: Então eu estou pedindo formalmente uma informação, por quê até agora não saiu o dinheiro que foi aprovado em outubro do ano passado?

Sérgio: Vigilância, só?

Cons. Cristina Antunes: Não. É manejo e vigilância. Vigilância, a gente teve um contrato emergencial, que durou... é de 60 dias, acho que foi de 60 dias. E aí, acabou. Não é que acabou. A empresa quebrou. A empresa abandonou o contrato. Mas tudo bem. Quer dizer, abandonou o contrato, fez-se... Teoricamente, teria sido feita uma nova licitação que já tinha que estar resolvida. Porque isso já aconteceu há meses. E eu estou só reproduzindo o que o Carlos me falou. Não saiu a licitação. Então, a gente... E a gente tinha a informação que já estava na rua, que tinha não sei o quê... Que provavelmente, ia ser até em menos de três meses. Então eu peço, Rubens, formalmente, informação sobre essa licitação, porque o dinheiro está aprovado...

Secretário Executivo Rubens Borges: Então a gente vai enviar um e-mail do FEMA para DAF, solicitando essa informação. E aí a gente dá o retorno, por e-mail, para os Conselheiros. Aí a resposta vem antes da próxima reunião. A gente comunica por e-mail.

Cons. Sônia: Posso acrescentar nessa solicitação de esclarecimento, o Parque Volpi também? Alfredo Volpi?

Secretário Executivo Rubens Borges: Alfredo Volpi?

Cons. Sônia: É. Que também está sem vigilância?

Secretário Executivo Rubens Borges: Conselheira Bianca?

Cons. Bianca: Bianca, SEMPLA. Só para esclarecer, quando... a solicitação já foi para a rua, é porque o dinheiro já foi liberado lá na Coordenadoria de Orçamento. Então quando ele está na rua, o dinheiro já está liberado. Aí tem que ver qual foi o problema com essa licitação, em específico. Porque se já está... Para poder fazer a licitação, o dinheiro tem que estar reservado.

Secretário Executivo Rubens Borges: Provavelmente, o descongelamento já ocorreu. Agora a fase é da licitação.

Cons. Bianca: É.

Cons. Cristina Antunes: Desculpa. Cristina. Essa solicitação que a gente tem feito sempre, da prestação de contas, na última reunião, eu pedi que essa prestação fosse encaminhada para a gente, junto com a convocação. Porque aí, a gente tem tempo para olhar, e não toma tanto tempo aqui para tentar entender esse emaranhado.

Secretário Executivo Rubens Borges: Na verdade, a gente só conseguiu fechar esse quadro ontem à tarde, não é, Sérgio. Que a gente sentou e... para fechar esses números... Porque essa tabela é dinâmica. Todo dia muda, porque é um processo que a licitação não andou, vai para a próxima reunião, e assim por diante. Então a gente só conseguiu fechar isso. Mas a gente vai fazer um esforço concentrado para poder mandar junto com a pauta, a posição do orçamento.

Cons. Cristina Antunes: Vocês estão precisando de um software ágil, não é, que faça isso por vocês. Bota o número, já sai o resto.

Secretário Executivo Rubens Borges: É. E uma equipe um pouco maior, porque a gente não está dando conta do recado. Desculpem.

Cons. Sônia: É Sônia, Morro do Querosene. Talvez a gente esteja com essa dificuldade mesmo, de equipe versus tempo, porque eu acho que o FEMA nunca teve essa movimentação que está tendo nesses últimos dois anos.

Secretário Executivo Rubens Borges: É verdade.

Cons. Sônia: Então, talvez, isso...

Secretário Executivo Rubens Borges: A gente está precisando de um reforço.

Cons. Sônia: É. Agora eu gostaria de, também, lembrar, que eu solicitei também... além de ter solicitado que a gente recebesse anteriormente, como a Cristina falou, e tal, que as planilhas fossem... que fosse definida uma planilha padrão. Para que a gente pudesse acompanhar as informações.



Secretário Executivo Rubens Borges: Eu tentei simplificar aqui, o máximo possível. Então eu coloquei duas colunas. Uma de 2014, outra de 2015, para ficar legível. Porque às vezes, a gente coloca muita informação, que para quem executa um orçamento, aquilo fica tudo muito claro. Mas para quem está de fora e vê aquele monte de números, acaba ficando complicado. Então eu procurei sintetizar no que foi efetivamente aprovado para 2014 e para 2015, e fazer um comparativo com os dados de DAF, que têm. Quais são os valores disponíveis para 2014 e 2015. Então seria um cruzamento dessas duas informações. Pelo que eu vi aqui hoje, eu acho que ficou muito mais fácil de discutir esses números, do que quando a gente apresenta uma planilha muito grande. Conselheira Bianca, em seguida...

Cons. Cristina Antunes: Desculpa. Eu posso só falar... Eu prefiro a planilha grande.

Secretário Executivo Rubens Borges: Tudo bem. Então a gente volta àquele processo. O Sérgio está entregando uma planilha mais detalhada, que tem todas essas informações...

Cons. Sônia: Porque aqui... Eu estou com a planilha que o Sérgio me deu a semana passada, que está vendo, já é diferente. Mas que já tinha...

Secretário Executivo Rubens Borges: É o que eu falei: é dinâmica.

Cons. Sônia: Mas que já tinha o número de 118 milhões para manuseio e conservação de parque. Então esse número aqui... Não é? Bom, eu vou olhar de novo. Obrigada, Sérgio. Essa aqui, você inventou agora? Essa outra planilha? É nova? Depois você me explica, então. Eu gostaria de... Não sei se precisa desse esclarecimento. Mas como a gente tem avaliado projetos com valores muito altos, e a gente sabe da dificuldade orçamentária da prefeitura como um todo, e a gente já entendeu que os recursos do FEMA também estão entrando nesse aperto, que daqui a pouco a gente não vai ter mais, para a gente, é essencial que a gente saiba do quanto a gente está falando. Inclusive porque eu até, na reunião anterior, levantei esse assunto e tive a oportunidade de falar com o Wanderley, Secretário, sobre isso, a gente não voltou ao assunto dos editais. A gente tem visto que a prefeitura, como um todo, tem feito um esforço de difusão e mobilização da população, no sentido da participação efetiva de movimentos sociais, e de pessoas que tem um trabalho em diversas áreas. A gente tem visto editais sendo publicados nas Secretarias de Direitos Humanos, na Secretaria de Cultura, e eu acho que a Secretaria do Verde precisa entrar também, nessa sintonia. E o FEMA foi um dos que começou a fazer isso, em tempos atrás. Antes da Secretaria de Cultura. Então, por que não retomar? Por que não reservar pelo menos 3 milhões? Entendeu? Para difundir essa ação da comunidade, na preservação do meio ambiente. Que é importantíssimo. Então a gente está aprovando, aprovando, aprovando aqui, milhões e milhões, que a gente sabe que é importante manter os parques, mas a gente está deixando de lado... também, talvez, por falta de tempo também de vocês. Eu até falei para o secretário, existe uma equipe técnica na Secretaria, principalmente ligado aos parques, e à educação ambiental, que tem uma possibilidade de formatar esses editais. Então, por que não usar a equipe da própria Secretaria? Formar uma Comissão e formatar esses editais? A gente já está chegando no fim de 2014.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então só para retornar esse questionamento, esse ano nós lançamos o edital número 10, que era o de agricultura agroecológica, e a gente está no processo de seleção dos projetos que foram enviados. Então depois que nós tivermos... Que a Comissão de Avaliação tiver os relatórios de cada um dos projetos, virá aqui para o CONFEMA, para apreciação do Conselho. Então o edital 10 está em andamento. O edital 11, a gente está encaminhando para a assessoria jurídica, porque já houve uma intensa discussão com a UMAPAZ. É um edital voltado para a educação ambiental, e ele está sendo discutido tecnicamente. E agora está sendo enviado para o jurídico para saber se consta alguma ilegalidade. Estando o edital dentro das normas legais, ele será submetido ao CONFEMA, para apreciação e eventual aprovação, de um edital de educação ambiental. E também estamos trabalhando em parceria com a Unidade de Conservação. Estava aqui o Leandro agora mesmo. Também estamos trabalhando com a ideia de desenvolver o edital número 12, que seria voltado ao pagamento por serviços ambientais, que também é uma demanda do Plano Diretor. E a gente, para atender essa demanda do Plano Diretor, a gente vai começar a trabalhar esse edital, nos termos do que a legislação nos exige. Então a gente tem um edital em andamento, um prestes a ser lançado, e a gente, para a próxima reunião, a gente já quer colocar na pauta, e um terceiro que já está sendo elaborado, possivelmente vai ser lançado ou até o final do ano, ou possivelmente, no início do ano que vem. Então, só para posicionar que não foi abandonada a ideia dos editais. O Fundo, foi para isso que ele foi destinado inicialmente, que ele começou assim. Então, a gente não abandonou essa ideia. A gente continua lançando os editais.

Cons. Sônia: Qual é o valor desse edital?

Secretário Executivo Rubens Borges: De educação ambiental?



Cons. Sônia: Não. O que está sendo avaliado agora.

Secretário Executivo Rubens Borges: O que está sendo avaliado era R\$ 1.350.000,00. Alguma coisa assim. Foi R\$ 1.350.000,00. O de educação ambiental, a gente está estimando cerca de R\$ 1.900.000,00 para a implantação dos polos e da educação ambiental. E o terceiro, a gente não tem valor fechado ainda, mas a gente está estimando em torno de 1 milhão a 1,5 milhão para implantação do pagamento por serviços ambientais. Então estão sendo trabalhados ainda. Não tenho muito definido esses valores do edital 12, mas é mais ou menos isso que a gente está estimando.

Cons. Sônia: Eu acho pouco, o valor. Eu acho que a gente tem um potencial no FEMA, que a gente tem que potencializar. Enfim, eu acho que a gente tem que colocar em pauta essa avaliação, inclusive, do valor que está sendo destinado dentro de todos os valores, outros. Porque São Paulo é uma cidade muito grande. A quantidade de pessoas trabalhando com sustentabilidade, ecologia, essa questão da água agora é premente, É enorme. E a gente precisa trazer mais gente para trabalhar com isso. Não só as pessoas... Porque o que eu estou dizendo... a importância disso é que a população de São Paulo toda se preocupa com isso. Só que a população de São Paulo, ela tem que se... a gente tem que trabalhar. A gente aqui, vem aqui, se dedica algumas horas da nossa vida para isso, mas a gente tem que trabalhar. O funcionalismo público, ele tem como responsabilidade, e é remunerado para isso, trabalhar. Mas são poucas pessoas. A gente tem que aproveitar a expertise que a gente tem em São Paulo. A gente tem universidades, a gente tem pessoas técnicas, formadas, com experiência, que estão dispostas a fazer isso. Então a gente tem que potencializar, e a gente sabe que se tiver recurso, potencializa muito mais, porque as pessoas podem deixar de fazer uma coisa para fazer outra, a favor da cidade. Então eu acho que a gente tem que discutir mesmo qual é o valor que a gente vai destinar, valor financeiro que a gente vai destinar a isso. E eu gostaria de aproveitar também, e pedir para que na próxima reunião, que eu já pedi, já é a terceira vez que eu peço, que seja feita uma exposição de qual é a previsão para 2015, que está se formatando na Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Então eu vou pedir aqui, formalmente, que a Laura, que é quem está cuidando disso, venha fazer uma exposição.

Secretário Executivo Rubens Borges: Só para informar, a Laura, nesse momento, ela está de férias. Ela volta na segunda-feira. Mas a gente não trouxe essas informações ainda porque o orçamento ainda não foi fechado. O prazo foi prorrogado até segunda-feira, não é, Bianca, para fechamento do orçamento. Então eu não tenho números ainda, concretos, para trazer para esse Conselho. E em um primeiro momento, os números que serão apresentados para vocês é um número do que a Secretaria do Verde propõe para o orçamento. O que não necessariamente, é o que vai ser aprovado. Porque quando passa na SEMPLA, ainda tem uma revisão. E depois que passa na Câmara Municipal, existem os cortes, as emendas. Então, o que é aprovado lá, normalmente no final do ano, 31/12. O que é aprovado na Câmara, nem sempre é o que é proposto pela Secretaria. Nem sempre, não. Nunca é. Mas não vai bater com os dados que a gente apresenta aqui, inicialmente. E a gente só não trouxe essa informação nesta reunião porque ainda não foram fechados esses números. A gente está, até segunda-feira, com o compromisso de mandar para a Secretaria de Planejamento esses dados. Pois não, Conselheira Cristina?

Cons. Cristina Antunes: Esses valores que estão ali, estão incluindo dinheiros novos para o Fundo?

Secretário Executivo Rubens Borges: O que você diz com dinheiros novos, por exemplo?

Cons. Cristina Antunes: O que a gente tem... Por exemplo, nós vamos aprovar mais coisas. Como o Sérgio falou, já está incluído aqui. Então está supondo que vai ser aprovado. Não tenho dúvida que vai ser aprovado. Mas os dinheiros novos... Tem que estar entrando dinheiro novo no Fundo. Onde é que está contabilizado esse dinheiro novo? Isso, uma questão. A outra questão, o edital 10, que está rolando, quanto foi consumido do R\$ 1.350.000,00 nesse edital? Porque foram só três projetos que você falou que foram apresentados?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. Vieram seis projetos. Os projetos estão em fase de análise. A gente não sabe se todos eles serão...

Cons. Cristina Antunes: Ah, não foram analisados?

Secretário Executivo Rubens Borges: É.

Cons. Cristina Antunes: Mas esses seis somam R\$ 1.350.000,00? Porque tem limite cada um.

Secretário Executivo Rubens Borges: Eles ultrapassam. Eles ultrapassam o valor de R\$1.350.000,00. Porque era até R\$ 375.000,00 por projeto. Então eles vão ultrapassar. Mas a gente não tem ainda, o retorno da Comissão de Avaliação, se todos eles estão aptos a serem submetidos ao CONFEMA.

Cons. Cristina Antunes: Supondo-se que todos estejam, isso daqui reforça o ponto da Sônia. Quer dizer, precisa ter mais dinheiro para projeto. Para esse setor, que é da Sociedade Civil. Então a



previsão... se a previsão para esse tema, que é restrito... na verdade, não tinha muitas entidades. Até a véspera, você pediu para adiar 15 dias. Educação ambiental certamente vai ter muito mais projetos. Com todo esse interesse que a Sônia mencionou, então eu pergunto se é possível ampliar esse valor, esse limite que vocês estão colocando para esse edital. E o outro edital que você falou que vai ser para PSA.

Secretário Executivo Rubens Borges: Pagamentos de serviços.

Cons. Cristina Antunes: Certo. Eu pergunto o seguinte: PSA, dentro da Secretaria vai ser só financiado pelo FEMA? Não tem no orçamento, uma rubrica PSA?

Secretário Executivo Rubens Borges: A princípio, não. A princípio, o Plano Diretor atribuiu ao FEMA o pagamento por serviços ambientais. Então são recursos do FEMA. É o que está na legislação. A gente tem que acatar o que é lei. Então hoje...

Cons. Cristina Antunes: Então a gente tem que parar de usar dinheiro do FEMA para fazer manejo. Porque senão não vai ter como pagar PSA.

Secretário Executivo Rubens Borges: Não vai sobrar para os pagamentos de serviços ambientais.

Cons. Cristina Antunes: Lógico.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, na verdade, assim... a gente... essa é uma novidade, foi aprovado dia 31 de julho o Plano Diretor. Então nós estamos, ainda, trabalhando. A gente não tem ideia... Porque antes de você implantar o PSA, têm várias fases. Você tem que saber como é que isso vai funcionar, quem tem direito ao PSA, como é que se calcula o valor de um hectare de terra preservado. Então têm vários passos que nós temos que desenvolver ao longo desse semestre, para que, no ano que vem, a gente consiga implantar o PSA. Então nós não temos ainda, uma estimativa de valor. Ou de saber quanto que vai ser aplicado, efetivamente. Isso é um passo. O segundo, com relação ao edital número 10, o valor foi restrito até por uma questão técnica. A gente discutiu com ABAST, que é o setor que cuida da agricultura ecológica e dos agricultores, e eles falaram que, por uma questão técnica, pelo número de agricultores que têm, pela capacidade que o projeto tem de juntar esses agricultores, seriam, pelo menos, três projetos na zona sul, se eu não me engano, e um na zona leste. Porque não adianta a gente ter muitos projetos e serem os mesmos agricultores. E de repente, as ONGs trabalharem com os mesmos agricultores. Então se eu tenho uma ONG trabalhando com um agricultor, é aquele. E o número de agricultores orgânicos e agroecológicos é muito pequeno. Então foi uma questão técnica, que foi... É uma demanda da ABAST. Não fomos nós, do Verde, que decidimos isso. Com relação à educação ambiental, a gente tem uma expectativa de um número muito maior de projetos também. O edital FEMA 7, nós recebemos 186 projetos. Ficamos um ano inteiro avaliando e aprovando projetos. Mas a gente tem também um limite de capacidade de fiscalização desses convênios. Então se a gente firmar muitos convênios e a gente não conseguir fiscalizar, é outro problema. E quem vai acompanhar o desenvolvimento dos projetos é a UMAPAZ. A UMAPAZ também tem um quadro reduzido, porque os técnicos não fazem só fiscalização de projetos. Eles também desenvolvem as atividades de educação ambiental. Então a gente tem algumas limitações e a gente limita o número de projetos com base no valor disponível. Se eventualmente a gente tiver capacidade de aumentar isso, e essa discussão vai ser trazido para esse Conselho, a gente pode aumentar esse valor, e atender um número maior de projetos. Mas sempre lembrando que a gente também tem uma limitação técnica de acompanhamento desses projetos. E existe todo um processo de prestação de contas, de auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas, de tudo, que a gente tem que atender essa demanda. Se a gente tiver um número muito grande de projetos e não conseguir acompanhá-los como deve ser feito, com certeza, a gente vai ser questionado porque não está dando conta do número de projetos. E aí o questionamento vai ser: por que não financiaram então, menos projetos, já que não tinha capacidade? Então a gente faz esse balanço. E os valores são atribuídos de acordo com a capacidade técnica que a gente tem de acompanhar. Conselheira Cristina? Não? A Bianca também gostaria de dar um aparte.

Cons. Cristina Antunes: É que eu queria só fazer um comentário sobre isso que você falou. Eu acho que vamos para frente. Daqui para frente. Acho que a gente tem que pensar no que é o ideal. Eu acho, realmente, muito ruim pensar em fazer menos porque tem menos. Não tem cabimento, isso. Tem que estabelecer um formato de acompanhamento, um formato de fiscalização que seja possível de acompanhar. O FEMA 7, de que ano que é?

Secretário Executivo Rubens Borges: FEMA 7, 2009.

Cons. Cristina Antunes: Olha que loucura. Nós estamos em 2014.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, só vou te dar um dado. Em 2009, o FEMA contava com 19 servidores. Hoje a equipe do FEMA se resume a esses que estão aqui. Então eu não tenho a mesma capacidade que eu tinha, de acompanhamento de projeto, que nós tínhamos em 2009. E a



gente tem que pensar nisso também. A gente tem uma responsabilidade sobre a execução do recurso público.

Cons. Cristina Antunes: Não. Eu sei disso. Mas o que eu estou falando é o seguinte: a gente está aqui aprovando valores esotéricos, que são fiscalizados, pelo que eu entendi, não pela equipe do FEMA, mas pelo...

Secretário Executivo Rubens Borges: Pelos técnicos da Secretaria.

Cons. Cristina Antunes: Porque estão ligados ao orçamento da Secretaria.

Secretário Executivo Rubens Borges: Exato.

Cons. Cristina Antunes: Então vamos fazer diferente, entendeu? A gente tem que fazer um formato de que... a que veio o Fundo Especial seja executado. Agora, dizer que então... o Fundo Especial vai virar um adendo do orçamento da Secretaria, e vai deixar de fazer o que é buscar o futuro e não o passado? Eu não acho bom, esse pensamento. Acho que ele tem que entrar com essa concepção, esse conceito de ir para frente. Se a equipe é pequena, então propõe um formato de pessoas que sejam contratadas especialmente para fazer isso. Um Conselho especial para acompanhar. Então eu acho que a gente não... Essa discussão não cabe aqui nesse momento. Eu queria que fizesse parte... Já que esse orçamento do FEMA, pelo que eu estou entendendo, ele está incluído dentro do trabalho que a Laura está fazendo, do orçamento total da Secretaria, correto?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. Só para a gente dar um fechamento. Sim. Sim.

Cons. Cristina Antunes: Então eu peço que essa exposição seja feita, do que está sendo pensado para 2015, sobre...

Secretário Executivo Rubens Borges: Com certeza, isso vai ser trazido. Assim que tiver esses números fechados, vai ser trazido. Só para a gente complementar, e passar a palavra para a Conselheira Bianca, o valor que está sendo pensado para o edital de educação ambiental é exatamente o mesmo valor que foi pensado para o edital FEMA 7. Então a gente não reduziu o valor por conta da falta de capacidade de acompanhar projetos. Mas a gente está tentando, se não ampliar, pelo menos manter aquilo que nós tínhamos do último edital de educação ambiental. Então só para complementar essa informação. Conselheira Bianca?

Cons. Bianca: Bianca, SEMPLA. Em relação a essas tabelas que a gente tem trabalhado, e que tem uma demanda... quase uma exigência dos Conselheiros, de fazer essa prestação de contas constante, queria me colocar à disposição, que como coordenadora de área de SEMPLA, do orçamento para SVMA, eu posso ser disponibilizada para ajudar vocês. Eu posso vir para cá a qualquer momento.

Secretário Executivo Rubens Borges: Com certeza, a gente vai querer, não é Sérgio? A gente vai precisar...

Cons. Bianca: Não. De verdade. Assim, o Pedro fala: meu, se eles precisarem, vai lá e ajuda. É uma das minhas funções, e atribuições é essa. Então se vocês quiserem, contem comigo.

Secretário Executivo Rubens Borges: Queremos sim. Então, podemos... Conselheira Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Cristina, SAJAP. Essa questão do acompanhamento ainda, Rubens. A equipe é pequena, já foi maior, e a gente sabe que está tendo um... eu vou dizer um expurgo, mas enfim, uma redução drástica aqui nessa Secretaria, que já era limitada. Que já tinha poucos funcionários. Então eu entendo que a gente pode, talvez, ajudar. Eu comentei com o Damasceno. Nós estamos solicitando uma reunião com o Secretário, porque nós estamos sentindo que essa Secretaria está perdendo um vigor que já teve, e que para a Sociedade Civil é um atraso. É andar para trás. É um retrocesso. Então, eu entendo que a gente deve, pelo menos como Sociedade Civil, porque os funcionários, obviamente, não podem questionar o Secretário, mas a gente vai colocar essa questão. Não tem cabimento um órgão como o FEMA ficar capenga porque tinha 16, e hoje tem meia dúzia. Aí a outra pergunta é se o DGD não ajuda. Porque nos processos que a gente fez com o FEMA, o DGD fazia esse acompanhamento. Não era a equipe daqui. A gente apresentava os relatórios, e analisava os relatórios. Mas quem acompanhava, par e passo, tudo o que a gente fazia, e tinha que fazer, era o DGD. O DGD não está atuando mais nesse...

Secretário Executivo Rubens Borges: A gente conta, na verdade, a fiscalização é feita pelos técnicos. Então no caso de educação ambiental, a gente vai contar com a equipe da UMAPAZ para fazer o acompanhamento dos projetos. Então no projeto...

Cons. Cristina Antunes: Mas o DGD é da UMAPAZ, agora?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. O DGD é um departamento, mas são técnicos dos DGDs e da UMAPAZ que vão montar essas comissões, que vão compor essas comissões, para acompanhamento dos projetos. Então continua da mesma forma. Até porque nós não temos como sair daqui para ir até o projeto para acompanhar. Então isso continua sendo feito assim. Só que eles



também tiveram uma redução drástica no número de funcionários, e estão na mesma situação que o FEMA. Não é uma exclusividade do FEMA, isso. Isso aconteceu na Secretaria como um todo. Mas a gente continua contando com o apoio deles.

Cons. Cristina Antunes: E quem faz esse acompanhamento de todos esses processos das Secretarias, de Transporte, de SIURB, e da própria Secretaria do Verde? Quem faz esse controle, esse acompanhamento? É o DECONT?

Secretário Executivo Rubens Borges: No caso do acompanhamento da implantação do projeto, quando é feita a licitação, já é nomeado um fiscal daquele contrato. Então quem atesta os serviços, e quem diz se realmente foi feito, ou não foi feito o serviço, é esse funcionário responsável. Então por exemplo, nos manejos de parque, a gente tem um representante, um funcionário do DEPAVE que acompanha e que atesta os serviços antes de se fazer o pagamento. Então é assim: entende-se que não precisa montar uma comissão para acompanhar um processo que é uma rotina. Já tem um técnico responsável por isso. No caso dos convênios que a gente firma, aí nós não temos um técnico responsável. Então essa comissão é responsável por fazer esse acompanhamento. Que nos processos normais, de manejo, vigilância, já tem uma pessoa eleita, nomeada para esse fim.

Cons. Cristina Antunes: E, por exemplo, dos ecopontos, e das ciclovias, e dos corredores de ônibus...? De outras coisas que a gente aprovou?

Secretário Executivo Rubens Borges: Então... aí tem um responsável na AMLURB, ou tem um responsável no departamento que cuida do contrato, que vai atestar os serviços. E depois de realizado o serviço, o processo volta com a prestação de contas. Daí a gente vai pedir que a AMLURB venha demonstrar quais foram os ecopontos que foram implantados, como é que eles foram implantados, os recursos que foram utilizados, e a mesma coisa com a Secretaria de Transportes.

Cons. Cristina Antunes: Mas a verificação em campo, quem faz?

Secretário Executivo Rubens Borges: Em campo, são os técnicos do departamento. Então por exemplo, na implantação de um ecoponto, a AMLURB tem lá um responsável, que acompanha aquela obra. E tem o acompanhamento da AMLURB, da própria AMLURB, através dos técnicos da AMLURB...

Cons. Cristina Antunes: Nada contra a AMLURB, mas você bota a própria AMLURB se fiscalizando.

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. Na verdade, não é que ela está se fiscalizando. Ela está fiscalizando o contrato. Se tiver alguma irregularidade no contrato, é competência da AMLURB penalizar, suspender o contrato, tomar as providências. Porém, no caso do FEMA, eles precisam, primeiro executar a obra, e depois trazer para a gente e dizer: olha, tal, tal, e tal obra foi executada. Os recursos que foram disponibilizados foram aplicados de tal maneira. Para poder dar uma satisfação para este Conselho, que é gestor do Fundo, de como foram aplicados os recursos. Mas só pode-se fazer isso depois que ele é aplicado. Antes, a gente não tem como fazer.

Cons. Cristina Antunes: E é uma pergunta meio inocente, Rubens, mas assim, para a Sociedade Civil, o dinheiro só é liberado à medida que presta contas. E tem prazo para terminar. Para os órgãos públicos não tem? Isso não rola?

Secretário Executivo Rubens Borges: Tem. Tem o prazo do... Por exemplo, a implantação...

Cons. Cristina Antunes: E como é que fica o manejo que a gente aprovou e até hoje não rolou?

Secretário Executivo Rubens Borges: Porque o manejo é um trabalho permanente. Então ele acontece mês a mês.

Cons. Cristina Antunes: Não acontece. O manejo não. A vigilância. Nós temos dinheiro aprovado para manejo, que não tem contrato.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, mas nós temos esse acompanhamento através de DAF. DAF vem aqui todos os meses para dizer o que está acontecendo. No caso da licitação, por exemplo, do Cordeiro, que teve um atraso, DAF tem essas informações e vai trazer para a gente, o porquê que a licitação não andou. Mas tem o acompanhamento da Secretaria sobre as licitações. O processo não é colocado lá e fica abandonado. A gente tem uma unidade de contratos na Secretaria, que faz as licitações.

Cons. Cristina Antunes: Essa unidade de contrato é de qual setor?

Secretário Executivo Rubens Borges: Fica em DAF 5, que é uma divisão de DAF G.

Cons. Cristina Antunes: Certo. Obrigada, Rubens.

Secretário Executivo Rubens Borges: Podemos voltar então à pauta? Sônia.

Cons. Sônia: Eu tenho um... A gente não falou sobre os recursos de entrada. Porque o Secretário que esteve aqui na reunião passada, ele falou de ações que a Secretaria do Verde tem feito,



principalmente com relação ao governo estadual, e as dívidas que o governo estadual tem, de TAC. Existe uma perspectiva de receber esses valores? Porque aí, quem recebe é o FEMA.

Secretário Executivo Rubens Borges: Sim. O recurso vem para o FEMA, mas a negociação entre estado e município não somos nós que fazemos. Então, de pronto, eu não tenho essa informação. A gente pode levantar a informação e trazer para vocês. Hoje nós tínhamos programado uma apresentação. O técnico até esteve aqui. Uma apresentação sobre os Termos de Compromisso Ambiental, como é que eles funcionam, e como é que é a fiscalização, e o acompanhamento desses TCAs. Só que não teve possibilidade de apresentar hoje, porque a gente está com uma pauta um pouco extensa, e não tinha como encaixar isso na pauta. Para a próxima reunião, a gente está prevendo uma apresentação dos TCAs. Não de TAC. De TCA. Porque o TAC é um ajustamento de conduta. Então a gente não tem acesso a essas negociações. Algumas são feitas até com o Ministério Público. Mas dos TCAs, que são firmados diretamente com a Secretaria, a gente já tem programado para a próxima reunião, uma apresentação sobre o tema.

Cons. Sônia: E inclusive com expectativas dos TCAs que estão para entrar?

Secretário Executivo Rubens Borges: Eu não sei. A gente pode tentar levantar isso. Eu não tenho essa informação de pronto. Mas eu vou ver com a unidade responsável, se eles têm essa expectativa de entrada. Porque é difícil você ter uma expectativa. Você nunca sabe quando alguém vai precisar cortar uma árvore, ou não. E aí, o TCA, ele só ocorre quando a gente tem que aprovar um empreendimento que vai envolver o corte de árvores, ou algum outro tipo de compensação. Então não sei se eles têm essa previsão.

Cons. Sônia: Mas existem TCAs que estão para entrar? Que já foram firmados?

Secretário Executivo Rubens Borges: Acredito que sim. Mas essa informação, a gente vai ter na próxima reunião, com apresentação. Aí o técnico vem para prestar essas informações.

Cons. Sônia: Certo. E a outra questão que eu queria perguntar é sobre esse valor que está aqui disponível, 63 milhões, que é a Chácara do Jóquei. Se existe informação sobre o desenrolar dessa operação aí.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então a última informação que eu tive é de que ainda não foi realizada a emissão na posse. Ou seja, o terreno ainda não passou, efetivamente, para a prefeitura. A indenização do terreno, ou a negociação que será feita com a prefeitura, de transferência de recursos, e abatimento de eventuais dívidas de IPTU, isso só vai acontecer depois que tiver batido o martelo da emissão na posse. Então os recursos permanecem na conta do FEMA, até agora. Ainda não foram mexidos esses recursos, porque não se tem ainda, a emissão na posse. O terreno ainda não é, efetivamente, da prefeitura. Então o recurso está lá.

Cons. Sônia: Mas a emissão da posse, ela é anterior à negociação, ou posterior?

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, a gente precisa ter uma nota de empenho para poder fazer emissão na posse. Ter a nota de empenho não significa que o dinheiro vai sair da conta do FEMA. Tem a nota de empenho, é realizada a emissão na posse, e depois disso, têm as negociações de abatimento de eventuais dívidas, se for o caso. Porém, o Jóquei Clube, ainda quando a gente emite o empenho, o Jóquei Clube ainda pode questionar esse valor eventualmente, junto ao Tribunal de Justiça. E se isso acontecer, provavelmente, essa coisa vai se postergar um pouco. Mas a gente só vai saber disso depois que tiver todos os passos da emissão da posse realizados. Então hoje a gente não tem ainda, definido, como que vai ser daqui para a frente. Só para esclarecer esse... Caso a negociação seja de quitação de dívida no valor total, esses 63 milhões voltam a ser disponíveis para o FEMA.

Secretário Executivo Rubens Borges: É. Então, eu não sei se a Bianca tem essa informação. Ou o Mamerto, quem cuida de Finanças. Então, Conselheiro Mamerto, por favor.

Cons. Mamerto: Mamerto, Finanças. Esse dinheiro, ele tem uma característica relacionado ao IPTU. Ou seja, o IPTU, ele é um tributo, é um imposto, e ele não... e volta para o Tesouro. E destinação legal desse valor. Então 30% tem que ir para a educação, 15% para a saúde. Então eu não vejo a possibilidade dele voltar para o FEMA. Isso não vai ocorrer.

Secretário Executivo Rubens Borges: Tudo bem? Conselheira Cristina, vamos lá então.

Cons. Cristina Antunes: Eu queria saber dos outros projetos que foram aprovados, em que pé que estão? Pode ser, Salete?

Secretário Executivo Rubens Borges: A Salete está aqui. Por favor, Salete. Salete, representante da AMLURB.

Salete: Bom dia a todos. Desculpe, cheguei atrasada. Um dos pontos que a Cristina levantou, eu até estava escrevendo aqui, quando alguém me desse a palavra. Nós temos um acompanhamento de todos os processos, dos ecopontos. Então, se for de interesse, a gente pode até preparar uma



planilha fixa, e ir sempre apresentando, a cada reunião. Isso é possível. Nós temos ecopontos em fase de licitação, têm os primeiros a serem abertos, vão ser agora, dia 2 e dia 3 de setembro, que é Vila Mariana. O ecoponto... é o caso de ler um a um? Que estão nas subprefeituras, são 13 ecopontos. Porque é aprovado aqui no FEMA, depois aqui na Secretaria do Verde, acaba publicando a reserva de recursos e caminha para a subprefeitura. A subprefeitura prepara os editais de licitação, publicam de acordo com a lei, e aí, parte para a licitação. De licitação mesmo, nós temos 5 ou 6 que estão para abrir os envelopes. Nós estamos muito apreensivos pelo prazo que demora, todo esse procedimento. Mas dá para prestar sim. A gente tem aqui, dia a dia, esse acompanhamento e se for o caso, a gente pode simplificar a planilha.

Cons. Azoni: Salete, só uma pergunta. Esse da Vila Mariana onde que é?

Salete: São dois. Tem o Vila Mariana, que é Afonso Celso, e a Saioá, que só pegando aqui, uma lista maior para te dar o nome da rua.

Cons. Azoni: É perto do Viaduto Saioá?

Salete: Não. É na saída do viaduto Saioá. É uma área já fechada. É uma linguicinha, assim.

Cons. Azoni: Afonso Celso, mais ou menos que altura? Não sabe?

Salete: Sei. Se você esperar aqui, o número. Eu trago a colinha, porque haja...

Cons. Cristina Antunes: Enquanto isso, esses dois vão abrir agora, começo de setembro? Abrir para o público?

Salete: Não. Abrir o processo. Houve a licitação, várias empresas construtoras se cadastraram, se habilitaram, vai abrir o envelope para ver quem venceu. Então isso, eu queria até emendar na fiscalização. **O que faz a AMLURB?** Acompanha o processo passo a passo. Existe todo um procedimento legal, que é a 8.666, de licitação, que as subprefeituras, elas têm que agir de acordo. Não é uma carta-convite que você escolhe três. Tem que publicar o edital, as empresas têm um prazo aí, acho que de 15 dias para se habilitarem. Levam para suas empresas. Estudam o projeto, estudam a planilha, e envelope fechado, têm essa abertura de ata... Não sei se tem alguém aqui de licitação que pode me por os nomes corretos. Mas aí que faz a licitação e vê quem ganhou a concorrência, que é de menor preço. O valor que os senhores aprovam é baseado na planilha EDIF. Que é o normal. Não quer dizer que as empresas vão apresentar esse valor. Elas estudam e apresentam um valor, mais ou menos, 3, 4% abaixo. Tem sido aí, uma rotina. Então nós vamos ter um saldinho, aí.

Cons. Cristina Antunes: Isso não pode ser feito por pregão?

Salete: Pregão eletrônico. Eu dou risada porque virou uma novela. Então assim, parte da assessoria jurídica acredita e entende que uma construção de ecoponto é serviço simples. Ou seja, na lei, está serviço comum. Entre eles, eu entendo também que é serviço comum. Embora tenha engenharia, arquitetura, 15 metros quadrados de construção, o resto é piso, muro. É um serviço mais do que comum. Porém, está na Secretaria de Assuntos Jurídicos para definir. Pode ser um pregão eletrônico, ou não. Aí já foi mais um prazo que a gente vai ficando mais velhinho antes do tempo. O que vai ser importante, só para terminar? Tendo essa definição, aí todas as subprefeituras ficarão tranquilas em poder aplicar o pregão eletrônico. Acreditamos sim, que vamos conseguir. Mas ainda não tem essa definição formal.

Cons. Azoni: Esse dois da Vila Mariana já vão ser entregues? Ou não? Esse dois que você falou que 2 ou 3 de setembro vai abrir a licitação, é isso?

Salete: 2 e 3 de setembro. Ou seja, segunda e terça vamos conhecer o vencedor da licitação.

Cons. Azoni: Ah, está bom.

Salete: Pegando esse gancho, conheceu o vencedor, existe um prazo legal, que nós estamos pedindo, por favor, para que a subprefeitura converse com os vencedores, e não utilize do prazo legal, que tem até 30 dias para dar uma ordem de início. Se a pessoa entrou na licitação, é porque ela tem interesse de fazer. E é uma obra bastante simples. Nós estamos pedindo que a ordem de início, em comum acordo, se houver, possa ser antecipada. É uma obra prevista de 90 dias. 15 para projeto executivo, levantamento, e que é adaptado, e aí é muito rápido. São 90 dias. Esse prazo, somando tudo, dá 30 dias. E precisa respeitar. Precisa respeitar. Já tivemos um recurso. Se vocês (incompreensível), sofrendo com a gente. Não vou me lembrar agora qual foi... Ah, sim. Itaim fez um erro de edital simples. Não foi maldade. Até 3, 4 anos atrás, fazia parte do CREA, engenheiros, agrônomos e arquitetos, então no edital, saiu só CREA. A gente não pegou isso. Vício de cultura, e esqueceu de colocar CAO, que agora é o Conselho de Arquitetos. Então teve um recurso. É claro que a gente disparou para todas as subs. Falou: Gente, não esquece da CAO. É que antes a gente falava CREA. Eu falo isso até hoje. Nomeio CREA. Não, eu sou da CAO. Ainda não pegou. Mas entrou recurso, aí mais 20 dias.



Secretário Executivo Rubens Borges: Bom, então, esclarecidas acho que todas as dúvidas, a gente volta para a nossa pauta. E nós paramos na votação do parecer técnico da implantação do ponto de entrega voluntária, do ecoponto Flamingo. Então vamos à votação. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então a proposta foi aprovada por unanimidade. O segundo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre implantação do ponto de entrega voluntária Ecoponto Parque Buturuçú. A proponente é a AMLURB. O processo é o 2014.0.209.031-1. O valor, R\$ 258.801,40. Então, a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana solicita análise de proposta da implantação do Ponto de Entrega Voluntária denominado Ecoponto Parque Buturuçú, localizado à Rua Nélio Batista Guimarães, defronte ao número 170, distrito de Ermelino Matarazzo. A proposta vem acompanhada de ofício número 225 da subprefeitura de Ermelino Matarazzo/2014, que disponibiliza a área municipal sob folhas 2 a 3, dando formalidade à legislação vigente, de que a área em questão está enquadrada dentro da resolução SEMPLA/CTLU/103/2008, e no decreto municipal 55.113, de 15 de maio de 2014, publicado no DOC de 16/5/2014. Sob folhas 34 a 42, consta o memorial descritivo e as especificações técnicas do projeto, conforme previsto no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, e no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Paulo. Em folhas 56 a 61 segue a apresentação realizada na plenária ordinária do CONFEMA, do dia 28/3/2014, referente à ampliação dos ecopontos na cidade de São Paulo. Em folha 64 segue juntada a previsão orçamentária de desembolso para a meta de 2014. O enquadramento, se mantém, se repete. Então, a gente vai para a análise econômica. O custo para implantação do Parque Buturuçú, baseado na tabela de EDIF, sob folha número 52, sendo estimado em R\$ 258.801,40, com cronograma de desembolso para o presente exercício. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Algum questionamento? Então vamos à votação. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então a proposta foi aprovada por unanimidade. Salete, gostaria de falar alguma coisa? Pois não.

Salete: Salete, AMLURB. Eu vou trazer um questionamento. Gostaria de ter vindo antes. Mas tem um ecoponto que é Parque do Carmo. Já foi aprovado. O processo foi para a subprefeitura, passou pelo FEMA. O que ocorre é que na localização, a princípio, do ecoponto, um movimento, a comunidade foi até a Secretaria de Saúde reivindicar um equipamento de saúde em que tiveram um positivo a princípio, e a área será vista e avaliada da possibilidade de ter um pequeno ponto de ter um pequeno ponto de ginástica para a terceira idade. Um projeto muito legal. Fiz parte da vistoria, e a gente fica dividido, porque é uma área que tem bastante terceira idade. E a comunidade se mobilizou e ofertou... Ofertou, indicou, mais áreas. Então fizemos uma correria nesse mês. Fizemos o projeto. Está cabendo no mesmo orçamento. É a 600 metros dessa área que vai ser estudada e definida pela Saúde. Para não perder mais tempo, e aí vira uma pergunta, eu trouxe aqui o processo. É uma mudança de endereço. A planilha bateu, porque é mil metros. Era dois mil, mas tinha um talude. Efetivamente, mil metros e 27, com um... Mil e 28. Bateu. É um retângulo. Gostaríamos da possibilidade... Se tiver a aprovação da mudança de endereço, vamos ter que trazer o processo para a FEMA, para ser aprovada a mudança. Se pudesse ser aprovado só a mudança de endereço... a gente ganha tempo. Aí enviaríamos o processo de volta para a subprefeitura de Itaquera. Não sei se eu fui clara. É só uma mudança de endereço. Fizemos projeto. Foi uma correria. Acabamos ontem, que gostaríamos de ter feito...

Secretário Executivo Rubens Borges: Certo. A Conselheira Cristina gostaria de falar.

Cons. Cristina Antunes: Eu falo em nome da minha entidade. Eu acho que o diretor da AMLURB e a Salete têm crédito de sobra para a gente confiar que realmente estejam fazendo essa alteração de maneira criteriosa. Então eu não acho que a gente deva alimentar a burocracia, por conta de um imprevisto, que pelo que a Salete falou, já foi tratado, já foi resolvido, e está articulado sem criar nenhum ônus a mais para o FEMA. Eu apoiaria sem nenhum problema. Acho que não precisa nova apresentação.

Secretário Executivo Rubens Borges: Alguém mais gostaria de se manifestar? Não? Então, ultrapassando as burocracias, porque teria que ter o relatório técnico, mas este conselho é deliberativo e tem o poder de decidir, independente do relatório técnico. Eu coloco em votação, porque isso vai resultar em uma resolução que vai ser publicada. Então coloco em votação a proposta de alteração da área do ecoponto Parque do Carmo, conforme proposto pela AMLURB. O processo está disponível para eventual consulta, mas já coloco em votação, com relação à possibilidade. A Conselheira Bianca gostaria de falar?



Cons. Bianca: Bianca, SEMPLA. Não. Só quero saber se existe algum problema para vocês, do FEMA, que faz esse tipo de processo...

Secretário Executivo Rubens Borges: Na verdade, a gente está ultrapassando, assim... Está ultrapassando, não. Está atropelando uma das fases, que seria uma análise técnica do projeto, que resulta nesses pareceres técnicos. No entanto, esse Conselho, ele é deliberativo. O parecer técnico, ele tem a função apenas de subsidiar uma decisão do Conselho. Então, o parecer técnico não decide nada. Ele só junta os elementos do processo, para dar suporte para uma decisão do Conselho. Se eventualmente o Conselho se sente capacitado em aprovar, independente de não ter esse parecer, mas se sente capacitado em aprovar a proposta conforme apresentação da AMLURB, a gente vai para votação sem grandes problemas internos, aqui. Conselheiro Mamerto.

Cons. Mamerto: Mamerto, Secretaria de Finanças. Só uma pergunta: é área e endereço que vai mudar? Área também? Eu tinha entendido que era só endereço.

Salete: Não. Eu justifiquei. Falei da área, que o valor bateu, do que já tinha sido aprovado. O que é mudança é de endereço.

Cons. Mamerto: Só de endereço, não é?

Salete: Só de endereço.

Cons. Mamerto: Não tem área envolvida?

Salete: Não.

Cons. Mamerto: Ah, certo. Ouvi a palavra área.

Salete: Não. É que eu quis justificar... é similar. O tamanho de um ecoponto para outro, por isso que a planilha orçamentária, embora minuciosamente, bateu. 240 e poucos mil. Que é o valor aprovado anteriormente.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então colocamos em votação?

Salete: E o projeto está aqui. Se precisar, Rubens, eu trouxe para mostrar.

Secretário Executivo Rubens Borges: Na verdade, o decreto que regulamenta o FEMA, ele prevê uma avaliação da Comissão Técnica de Avaliação. Então a gente estaria atropelando essa fase. Então só não pode se tornar uma rotina, porque aí a gente acaba desrespeitando esse decreto na sua integralidade. Acho que é uma excepcionalidade. Se o Conselho concordar, não vejo grandes problemas.

Cons. Sônia: É exatamente nesse sentido que eu queria falar. Que evidentemente, a gente está super de acordo com a alteração proposta. Não tenho nenhuma objeção. Agora, pensando no processo, porque é um processo, que tem auditoria, tudo isso. Eu até acho que a gente pode prescindir excepcionalmente de um parecer técnico, mas a gente precisa de um documento solicitando alteração. Solicitando a anuência do Conselho.

Secretário Executivo Rubens Borges: A gente precisa formalizar isso. Embora esteja gravado e faça parte da ata da reunião, o processo precisa ter a formalização, porque a resolução vai ser juntada ao processo. Não sei como que a gente pode administrar isso, mas eu tenho uma sugestão: de repente, para que nós não precisemos aguardar a próxima reunião para deliberação, e uma vez que já é de conhecimento desse Conselho, a Salete nos manda. Manda para o FEMA o processo com os elementos necessários, a gente consulta os Conselheiros por e-mail, vocês voltam por e-mail para ficar documentado essa votação. A gente expede a resolução e anexa ao processo. Se todos concordarem, então seria, digamos, uma reunião virtual, a gente pode chamar, porque vai ser por e-mail. É uma sugestão, não sei se... Nós nunca fizemos isso. Não sei se funciona. Seria uma primeira tentativa.

Cons. Cristina Antunes: A gente não pode fazer a votação agora, e deixar condicionada a ela mandar o documento?

Secretário Executivo Rubens Borges: Formalizar posteriormente? Então, também. A gente pode colocar em votação, nesse momento.

Cons. Azoni: Azoni. Nós fizemos isso no Conselho Participativo. Foi uma bagunça. Votação por e-mail. Acho que a sugestão é boa. A gente vota aqui, depois só faz ok.

Secretário Executivo Rubens Borges: Já fica previamente aprovado.

Cons. Azoni: Não. Primeiro deu uma **zona** lá no outro... Uma bagunça, cara.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então certo. Nós nunca fizemos. Então seria uma tentativa.

Cons. Sônia: É. Eu concordo que eu prefiro também votar, condicionando...

Secretário Executivo Rubens Borges: À formalização.

Cons. Sônia: Formalização.

Salete: Perfeito. Nós encaminhamos. Porque aí não...

Secretário Executivo Rubens Borges: Porque aí o procedimento fica mais ágil.



Salete: Lógico. Eu agradeço. Porque aí, é um mês, mais ou menos, que a gente ganha. Mas sem atropelar totalmente. Inverter, só.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então vamos colocar em votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da proposta elaborada pela AMLURB, permaneçam como estão. Então a proposta foi aprovada por unanimidade.

Salete: E nós encaminhamos o processo.

Secretário Executivo Rubens Borges: Ok. Combinado.

Salete: Obrigada.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom... Então voltando aqui ao...

Orador não identificado: Rubens, só uma colocação. Na hora de transcrever, tira a zona para a gente, por favor.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, voltando aqui à votação da proposta de implantação do ecoponto Jaçanã, relatório... não sei se a gente já leu. Acho que já. Não. Esse não. A gente vai ler agora. Desculpe. Então a proposta é implantação do ponto de entrega voluntária, Ecoponto Jaçanã, com finalidade de recebimento voluntário de resíduos da construção civil, e objetos volumosos, subprefeitura Jaçanã/Tremembé. Processo 2014.0.194.846-0. Proponente é a AMLURB. Valor da obra, R\$256.361,75. Análise da proposta: a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana solicita análise de proposta de implantação do ponto de entrega voluntária denominado Ecoponto Jaçanã, localizado à Rua Baía dos Pássaros, distrito de Jaçanã. A proposta vem acompanhada do ofício 330/SPJT/Gabinete/2014, da subprefeitura Jaçanã, que disponibiliza a área municipal sob folhas número 2, dando formalidade à legislação vigente de que a área em questão se enquadra dentro da resolução SEMPLA/CTLU/103/2008, e o decreto municipal 55.113 de 15 de maio de 2014, publicado no DOC de 16/5/2014, página 1. Sob folhas 27 a 34, consta o memorial descritivo e as especificações técnicas do projeto, conforme previsto no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, e no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Paulo. Os custos da obra foram baseados na planilha de custos de EDIF, folhas 35 a 40, e em folhas 48 a 53 segue a apresentação realizada na plenária ordinária do CONFEMA, do dia 28/3, referente à ampliação de ecopontos na cidade de São Paulo. Em folha 56, segue juntada a previsão orçamentária de desembolso para a meta de 2014. O enquadramento se repete. A análise orçamentária: custo para implantação do ecoponto Jaçanã, baseado na tabela de EDIF, sob folha 35 a 40, sendo estimado em R\$ 256.361,75, com cronograma de desembolso para o presente exercício. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então a proposta foi aprovada por unanimidade. Próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação... é o item 4, sobre prorrogação contratual de serviços de manejo e conservação dos parques do grupo Herculano, no valor de R\$ 871.204,66. Processo 2010.0.218.959-0. Valor total do contrato: R\$ 871.204,66, sendo R\$720.063,36 para a prorrogação contratual por seis meses, e R\$ 151.141,30 para o reajuste contratual. Análise da proposta: trata a presente proposta de prorrogação por mais 6 meses do contrato de serviço de manejo, manutenção e conservação de parques, que compõem o grupo de Parques do Herculano, composto pelos parques Herculano, Parque M'Boi Mirim, Parque Sete Campos, cujo objeto inclui serviços de limpeza externa e conservação de áreas verdes, a contar de 16/12/2014, conforme folha 1147. Em folha 1194 do processo, a contratada se manifesta favorável à prorrogação do contrato. Em folhas 1202 foi juntada a manifestação da unidade fiscalizadora do contrato, que destaca a necessidade de prorrogação por mais 6 meses, ressaltando que a proposta é economicamente vantajosa para a administração. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral, nos termos do artigo 132, inciso 1, do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Análise econômica: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF, com relação à necessidade de realização de manutenção e preservação das áreas verdes do município. Sob folhas 1195 a 1201, constam planilhas de orçamento dos serviços, que demonstram o montante das despesas bem como reajustes legais. Em folha 1202, a diretoria de divisão do DEPAVE 5 endossa que a renovação é economicamente vantajosa à PMSP, Prefeitura de São Paulo. Com base no parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município da Secretaria de Negócios Jurídicos, segue juntado sob folhas 1118 a 1123, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA, na dotação de realização de ações ambientais, despesas correntes para a presente contratação. O enquadramento se repete em todos os processos de manejo. Conclusão:



com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município da Secretaria de Negócios Jurídicos, que é viável a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 871.204,66, sendo R\$ 720.063,36 para a prorrogação contratual por seis meses, e R\$ 151.141,30 para o reajuste contratual, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. A CAV recomenda que na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que a despesa ocorra, preferencialmente, pelo orçamento da SVMA. E assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 7 de julho. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então, Conselheira Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Cristina, da SAJAP. Eu fiz a proeza de deixar minha pasta com todas as minhas prints (incompreensível), e acabei de receber da Lourdes, uma cópia. Eu teria (falha no áudio) para verificar se para esse parque, nós já aprovamos verba anterior para manejo, se essa verba foi realizada, e qual prazo? Porque eu sei que os seis meses que a gente vem aprovando já vingaram. Já passaram. E então eu quero saber se não foi realizado, como é que estão funcionando esses parques?

Secretário Executivo Rubens Borges: O Guilherme está aqui. Talvez até pudesse dar essa informação. Não sei se...

Guilherme: Guilherme, DEPAVE G. A sua colocação é sobre a... Eu precisava saber se a... Foram. Não, as prorrogações, sim. O contrato está vigente desde 2010, esse contrato, e eu não tenho... Eu não sei de cabeça se já passou alguma vez pelo CONFEMA. Já passou? Então sim, ela está sendo... Têm os fiscais dos contratos, cada parque tem um fiscal, e ele fiscaliza o andamento do serviço, e assim, continua até o presente momento. Até 16 de dezembro, se eu não me engano. E seis meses a partir de 16 de dezembro. Então nós temos contrato até junho garantido, se aprovado nessa pauta.

Cons. Cristina Antunes: Então já foram aprovadas duas prorrogações? Esta é a terceira?

Guilherme: Sim. Sim. Pelo que o Rubens está falando, sim.

Cons. Cristina Antunes: Certo. E quando a gente... Você viu aquela planilha que mostrava que tinha sido realizado, não é? É a palavra. Realizado. Que tinha sido realizado. Que já tinha sido pago. A informação que a gente teve é que alguns não tinham sido pagos integralmente, porque faltavam ainda, informações do prestador. Da empresa contratada. Esse caso... Eu imagino que talvez você não saiba, mas nesse caso especificamente, está tudo em dia? Está tudo zerado para trás? Quer dizer, até dezembro que está valendo esse, supostamente... Todos os anteriores foram quitados, estão terminados?

Guilherme: Todos os pagamentos são retroativos. Então se nós estamos em agosto, nós vamos pagar julho, e assim consecutivamente, até dezembro. Então nós vamos pagar janeiro... Nós vamos pagar dezembro em janeiro.

Cons. Cristina Antunes: Sim.

Guilherme: Não necessariamente todo o dinheiro é gasto, porque ele é reservado para diversas atividades no parque. Se não ocorrerem todas as atividades, exemplo de queda de árvores... não precisou contratar caminhão naquele mês, então sobrou dinheiro na média. No final do contrato, normalmente sobra dinheiro em virtude disso. E funciona assim. A gente tem o dinheiro aprovado até dezembro, pagamento em janeiro, de dezembro, retroativo, e é isso.

Cons. Cristina Antunes: É esse dinheiro que sobra volta para o FEMA?

Secretário Executivo Rubens Borges: Na verdade, os recursos, quando eles não são utilizados, eles nem saem. Quando tem o cancelamento do saldo do empenho, automaticamente o recurso não foi mexido. Ele permanece na conta do FEMA. Conselheiro Mamerto gostaria de falar.

Cons. Mamerto: Mamerto, Secretaria de Finanças. Esse valor aqui, ele está desdobrado em dois valores: um que eu considero o principal, e outro que se refere ao reajuste contratual. Agora, esse valor que está sendo colocado é com reajuste contratual, ele se refere a que base? Porque acho que não é essa base que está aqui. Porque daria 20% de reajuste.

Secretário Executivo Rubens Borges: Aí Sérgio talvez possa esclarecer. Normalmente, o cálculo é feito em cima das condições contratuais, e dos índices de SF.

Orador não identificado: É que hoje nós temos uma...

Secretário Executivo Rubens Borges: Não sei se o Sérgio tem essa informação.

Orador não identificado: Foi aprovada na JOF, um valor de reajuste com base no IPC-FIP. Eu acho que se enquadra nesse caso aí. E a gente olhando assim, simplesmente o valor, dá a impressão que o reajuste é de 20%. Provavelmente, não deve ser isso o principal. Deve ser um outro número. Esse



reajuste está em cima de outro número de um contrato maior. Acho que é isso que eu imagino. Só para esclarecer. Só para...

Orador não identificado: É. Assim... Eu ia comentar do índice IPC-FIP, e que o contrato, ele vem desde 2010. Então ele tem... anualmente, por lei, ele é...

Orador não identificado: Está em torno de 7,5... 5,5%.

Orador não identificado: Isso. Exatamente. Aí, como esse valor, ele é 6 meses, e o processo anual, então vem desde 2010. Aí, essa base que eu tenho para te falar. Que é índice IPC-FIP.

Orador não identificado: Ok.

Secretário Executivo Rubens Borges: Conselheira Sônia?

Cons. Sônia: Sônia, Morro do Querosene. Então, pelo que eu entendi, o reajuste é sobre o valor anual. E a gente está aprovando aqui uma prorrogação de seis meses?

Guilherme: A porcenta... O reajuste, ele é concedido à empresa, após um ano de contrato. Então primeiro ano... Quando vai ser prorrogado o contrato para o segundo ano, ele é reajustado. Então por ano, ele tem um reajuste. E quando ele é prorrogado, no caso de seis meses, é percentualmente proporcional.

Orador não identificado: Queria só dar uma sugestão. Quando têm esses valores de reajuste, seria interessante você ter o valor... a base que foi utilizada do contrato, para conceder esse reajuste. Só para ele ter o valor mais... Se for possível.

Cons. Sônia: É porque está contraditório aqui. Porque parece que esse valor do reajuste, ele está sendo calculado sobre o valor total do ano, porque senão, ele vai dar um percentual muito alto.

Secretário Executivo Rubens Borges: É. Eu lembro... Desculpe, Guilherme. Eu lembro aos Conselheiros que o processo está aqui com os elementos necessários. Na verdade, o que a gente traz para esse parecer técnico, são os dados coletados do processo. Então a fórmula de cálculo está disponível. Se eventualmente os Conselheiros quiserem consultar. O processo está aqui com a gente. Só a gente abrir o processo. Então pergunto se vocês querem fazer um intervalo para dar uma olhada, ou se a gente pode continuar, mediante os esclarecimentos do Guilherme. Fica a critério do Conselho.

(colocação fora do microfone)

Secretário Executivo Rubens Borges: É que pode ser que haja outros processos na mesma situação.

Orador não identificado: Isso. Isso. Você toca o resto, depois, no final, a gente dá uma...

Secretário Executivo Rubens Borges: Então está ok. O técnico está me falando, quase todos eles têm reajuste. Então, no final, a gente pode estar consultando todos eles. Então vamos à votação? Então os Conselheiros favoráveis à proposta de prorrogação do contrato de utilização dos recursos do FEMA para prorrogação do contrato de manejo e conservação do grupo de parques Herculano, permaneçam como estão. Conselheira Cristina?

Cons. Cristina Antunes: Eu posso justificar? Independente dessa questão aí, de qual é a referência para o reajuste, eu continuo entendendo que manejo e conservação têm que sair do orçamento e não de verba do CONFEMA. E eu peço que conste o voto nominal.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, voto contrário. Então a proposta foi aprovada por 5 votos favoráveis e 1 contrário da Conselheira Cristina. Bom, o próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre prorrogação contratual de manejo e conservação dos parques do grupo Piqueri. Valor de R\$ 626.946,41, sendo R\$ 497.734,53 para o principal, e R\$ 129.211,88 para o reajuste pelo período. A proposta trata de prorrogação por seis meses do contrato de serviço de manejo, manutenção e conservação de parques, que compõe o grupo de parques do Piqueri, composto pelos parques Piqueri, Chácara das Flores, Parque Chico Mendes, Parque Raul Seixas, Parque Santa Amélia, cujo objetivo inclui serviços de limpeza externa e conservação de áreas verdes, a contar de 19/9/2014, conforme folhas 2006. Em folha 990 do processo, a contratada se manifesta favorável à prorrogação do contrato, aplicando-se o reajuste contratual previsto. Em folha 1000, foi juntada a manifestação da unidade fiscalizadora do contrato, que atesta a necessidade de prorrogação por mais seis meses. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral. Análise econômica: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF com relação à necessidade da liberação do CONFEMA, para prorrogação do contrato, considerando o valor total da prorrogação pleiteada, no montante de R\$ 626.946,41, sendo R\$ 497.734,53 para o principal, e R\$ 129.211,88 para o reajuste do período. Em folhas 991 a 999, foram juntadas as planilhas de DEPAVE 5, visando embasar os custos da renovação contratual, e informa, em folhas 999, que a renovação contratual é economicamente vantajosa para a PMSP. Destaque se dá ao fato



de que foi realizada a reserva no montante de R\$ 637.319,33, conforme nota de reserva juntada em folhas 1003. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, que segue juntada ao presente, em folhas 785 a 790, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação, operação, manutenção e conservação de parques para a presente contratação. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor, é de R\$ 626.946,41, sendo R\$497.734,53 para a prorrogação contratual pelo período de seis meses, e R\$ 129.211,88 para o reajuste do período. Respeitada a utilização de dotação própria, atribuída a despesas correntes em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. A CAV recomenda que na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que a despesa ocorra preferencialmente pelo orçamento da SVMA. E assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 20 de agosto. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Conselheira Cristina, e em seguida, Conselheira Bianca.

Cons. Cristina Antunes: Cristina, SAJAP. Tem sido incluída aqui na conclusão, essa recomendação da CAV, que em 2015, no orçamento de 2015, a despesa ocorra preferencialmente pelo orçamento da SVMA. Eu corroboro aqui a solicitação da Sônia, de que esse orçamento seja apresentado, para a gente ver se realmente, no orçamento, está ficando reserva para isso. Porque preferencialmente é muito conveniente.

Secretário Executivo Rubens Borges: A comissão, ela até colocou preferencialmente que ela também não tem esse panorama de como vai estar o orçamento de 2015. Então em havendo recursos na Secretaria, então que se utilize o recurso da Secretaria antes de utilizar o recurso do FEMA. É a recomendação.

Cons. Cristina Antunes: É que este ano não teve nenhum aprovado com orçamento. Quer dizer, tudo o que a gente aprovou foi com recurso do FEMA. Mas tudo bem...

Secretário Executivo Rubens Borges: É. Eu não sei te dizer (incompreensível) contratos na Secretaria...

(colocação fora do microfone)

Cons. Cristina Antunes: De manejo e vigilância. Certo. Vou olhar. A mesma justificativa, eu vou pedir licença, porque depois dessa votação, eu vou sair. Todos os outros, eu já vi. São todos manejo e vigilância. Então eu votaria contra em todos eles. Obrigado.

Guilherme: Guilherme, DEPAVE G. Eu queria falar aqui sobre o índice, que ficou... de reajuste. Como eu falei, a partir do um ano de contrato, ele é previsto o reajuste percentualmente, de acordo com o índice IPC-FIP. Então quando essa prorrogação é feita, não necessariamente por um ano, ela pode ser feita por um mês até doze meses. Ou por dias, também. Como a empresa e a Secretaria assim desejarem, ele é concedido esse reajuste. Um exemplo: se prorrogou 3 meses, esse reajuste é de... por exemplo, 5%. Ao final desses três meses, se houver nova prorrogação, não se reajusta o contrato. Ele está no segundo ano de reajuste. E anualmente, acumulativo. Então se ele vem... primeiro ano 5%, segundo ano de 5%, no terceiro ano, ele vai ter 10% de reajuste. Que é o caso do Piqueri aqui, que eu abri na página. Ele tem 12,98% de reajuste acumulados. Ou seja, mensalmente, ele paga os 165 mil contratual, e 12% de reajuste. Vai dar mais ou menos uns 20 mil reais de reajuste. Então fica...

Secretário Executivo Rubens Borges: Conselheira Bianca, por favor.

Cons. Bianca: SEMPLA, Bianca. Tem uma observação que já foi reservado 637. Esses 637 que já foi reservado, ele foi reservado com ou sem autorização do FEMA? Porque se o valor é de 626, e já está reservado 637...

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, na verdade, é assim: a Comissão, ela analisa o relatório. A reserva já havia sido feita pelo departamento administrativo financeiro. Então na verdade, a reserva foi feita sem autorização do CONFEMA. Porém, eventualmente, se não for aprovado pelo CONFEMA, cancela-se a reserva. Então, os recursos não foram mexidos até esse momento. A reserva era só para ela garantir, no orçamento, para que não haja nenhum recurso desse desvio para outra finalidade, então reserva-se o recurso. Mas nada impede se de que haja o cancelamento da reserva, caso este Conselho não aprove.

Cons. Bianca: Mas faz parte daquele pacote de que reservou...

Secretário Executivo Rubens Borges: É. A reserva foi feita anterior à aprovação do CONFEMA. Então a gente estaria, em aprovando essa proposta, a gente estaria regularizando aquela reserva.



Cons. Bianca: Regularizando aquele?

Secretário Executivo Rubens Borges: Exato. Conselheira Sônia?

Cons. Sônia: Eu gostaria só de perguntar a data da reserva.

Secretário Executivo Rubens Borges: Ai a gente precisaria ver no processo, porque... deixa eu só ver em que folha que está. Que assim, a gente já vai direto. Folha 1003 do processo. Data da reserva é de 12/8/2014. É recente. Foi 12/8/2014. Mas ela foi feita antes da aprovação. Ou seja, a reunião está sendo feita hoje, então pelo menos uma semana antes da aprovação do CONFEMA. Então não sei se... você quer falar alguma coisa?

Sérgio: Eu creio que essa reserva foi feita para dar sequência no processo. E para submeter agora, à apreciação. Caso não passe na aprovação, a reserva é cancelada.

Secretário Executivo Rubens Borges: Conselheira Bianca.

Cons. Bianca: Bianca, SEMPLA. Queria perguntar para o Rubens se no FEMA, qual é a regulamentação disso. Você sabe? Até onde eu sei, não pode haver reserva sem aprovação do Conselho.

Secretário Executivo Rubens Borges: A regulamentação não é clara. Não especifica o procedimento em si. Mas como esse é o Conselho Gestor do Fundo, então teoricamente, todas as reservas, empenhos e liquidações que sejam realizadas com recurso do FEMA, dependem de uma aprovação prévia. Então está irregular aqui, por ter sido feita a reserva, antes da aprovação do CONFEMA. No entanto, os recursos não foram utilizados. Eventualmente, se não for aprovado, cancela-se a reserva. Mas o procedimento, ele está irregular quando a reserva é feita antes da aprovação do CONFEMA. Só para a gente esclarecer.

Sérgio: Precisa ver se o valor aprovado anteriormente nesse processo, se contempla também, esse valor da reserva. Porque às vezes, ele é aprovado um pouco a maior. Eu não sei. Precisa analisar o quanto foi aprovado para esse processo. Porque normalmente, não se faz a reserva sem autorização. Se fizer, está errado. Ai é explicado aqui na mesa o que aconteceu. Solicita a regularização, mas precisa ver o quanto foi aprovado na última resolução. Pode ser que tenha esse valor, e aí (incompreensível) considerado um erro.

Secretário Executivo Rubens Borges: É. Na verdade, se tivesse o valor, não estaria sendo solicitado novamente. É porque não existe esse valor disponível. Então a gente constata a irregularidade, e o FEMA vai formalizar isso para DAF, recomendando que sejam seguidas os trâmites normais, o rito do FEMA. Podemos ir à votação, então? Então os Conselheiros favoráveis à proposta de prorrogação contratual dos serviços de manejo e conservação dos parques do Piqueri, conforme colocado pelo parecer técnico, permaneçam como estão. Então temos cinco votos a favor, e um voto da Conselheira Cristina, contrário a essa proposta. Então, a proposta está aprovada. Próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre prestação de serviços de manejo e conservação de parques do grupo Prainha, processo 2014.0.085.908-1. Proponente é a SVMA-DEPAVE. O valor da proposta, R\$ 1.060.352,14. Trata a presente proposta de nova contratação por 12 meses, de serviços de manejo, manutenção e conservação de parques do Grupo Jardim Prainha, composto pelos parques Jardim Prainha, Parque Céu Três Lagos, Parque Cantinho do Céu, Parque Aristocrata, cujo objeto inclui serviço de manejo da vegetação existente, manutenção de áreas verdes, coleta e destinação de lixo gerados pelos usuários, e limpeza e higiene dos sanitários públicos, conforme especificações técnicas de folhas 8 a 28. Em folhas 29 a 59 do processo, consta orçamento detalhado do escopo dos serviços, a serem realizados nas dependências dos parques que compõem o grupo Prainha. Conforme manifestação de DAF G, de folha 65, a presente proposta tem por objetivo solicitar a utilização de recursos do FEMA para suportar as despesas referentes à nova contratação, por um período de 12 meses. Análise econômica: em folha 57, consta a planilha com os valores referentes à nova contratação, com a previsão de desembolso, sendo R\$ 296.317,60 para 2014, e R\$ 764.034,54 para exercício de 2015, totalizando R\$ 1.060.352,14. Em folhas 61 a 63, consta a justificativa da necessidade de contratação dos serviços elencados, nas especificações técnicas juntada ao presente, nas folhas 8 a 28. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, que segue juntado ao presente, foi apresentada a proposta de utilização dos recursos do FEMA, na dotação operação, manutenção e conservação de parques, FEMA, despesas correntes, para a presente contratação. O enquadramento se repete. A conclusão é: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de totalizando R\$ 1.060.352,14, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas



correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. A CAV recomenda que na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que a despesa ocorra preferencialmente pelo orçamento da SVMA. E assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 13 de julho, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então, algum comentário? Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então a proposta foi aprovada por unanimidade, considerando a saída da Conselheira Cristina, da plenária. Próximo ponto de pauta... Conselheira Bianca, por favor.

Cons. Bianca: Bianca, SEMPLA. Eu queria recomendar que quando DAF fosse fazer qualquer tipo de reserva, ou empenho, ou qualquer processo orçamentário, que no pedido de reserva, qualquer coisa que vocês... Vocês vão ter que pedir autorização para a Laura. Tem que passar pela Laura, que tem o número da resolução do FEMA. Então toda vez que tem algum procedimento orçamentário, que estiver utilizando dinheiro do FEMA, que esteja citado o número da resolução. Acho que se tiver o número da resolução, não tem problema.

Secretário Executivo Rubens Borges: Acho que no despacho autorizatório, do titular da Unidade Orçamentária, a gente pode incluir o número da resolução.

Cons. Bianca: Eu acho que deveria ser, inclusive, uma exigência, já que se trata de um Fundo. O FUNDURB, por exemplo, isso é...

Secretário Executivo Rubens Borges: É rotina.

Cons. Bianca: É rotina.

Secretário Executivo Rubens Borges: Está ok. A gente pode adotar como rotina. A gente conversa com a Sandra, que é diretora de DAF, para inserir. Próximo ponto de pauta, é avaliação e deliberação sobre contrato de prestação de serviços de manejo e conservação de parques do grupo Xangri-lá. Processo 2013.0.177.428-2. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$ 1.956.955,66, sendo R\$ 739.890,10 para o exercício de 2014, e R\$ 1.217.065,56 para o exercício de 2015. Trata a presente proposta de nova contratação de serviços de manejo, manutenção e conservação por 12 meses, de parques do grupo Xangri-lá, composto pelos parques Xangri-lá, Parque Linear Parelheiros, Parque Tenente Brigadeiro Faria Lima, Parque Linear Rapadura, e Parque Linear Aricanduva, cujo objeto inclui serviços de manejo de vegetação existente, manutenção de áreas verdes, coleta e destinação de lixo gerado pelos usuários, e limpeza e higiene dos sanitários públicos, conforme especificações técnicas em folhas 99 a 119. Análise econômica: em folha 151 do processo, consta o cronograma de desembolso para o exercício de 2014, no montante de R\$ 739.890,10, e para o exercício de 2015, R\$ 1.217.065,56 perfazendo um total de R\$ 1.956.955,66. Conforme manifestação de DAF G, de folha 155, a presente proposta tem por objetivo, solicitar a utilização de recursos do FEMA, para suportar as despesas referentes à nova contratação, no montante de R\$ 1.956.955,66, visando a continuidade de serviços de manejo e conservação do grupo de parques Xangri-lá. O enquadramento permanece o mesmo. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$ 1.956.955,66, sendo R\$ 739.890,10 para o exercício de 2014, e R\$ 1.217.065,56 para o exercício de 2015, respeitada a utilização de dotação própria, atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. A CAV recomenda que na aprovação do orçamento de 2015, que a despesa ocorra preferencialmente pelo orçamento da SVMA. Assim sendo, a CAV não identifica óbice prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 13 de junho de 2014, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então a proposta foi aprovada por unanimidade. Próximo ponto de pauta é solicitação de recursos para contratação de serviços de vigilância patrimonial desarmada para os parques naturais municipais. Processo 2014.0.125.578-3. Valor total, R\$ 8.907.242,22. Trata a presente solicitação de recursos do FEMA para contratação de serviços de vigilância patrimonial desarmada para os parques naturais municipais, formados pelos parques Jaceguava, Varginha, Itaim e Bororé. Em folha 180, foi juntada a solicitação de DAF G para a utilização de recursos do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para o custeio do contrato com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município, de que não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica e orçamentária: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF com relação à necessidade da



deliberação do CONFEMA para utilização de recursos do FEMA, no montante de R\$ 8.907.242,22 para a contratação dos serviços por 12 meses, contemplando o presente exercício, 2014 e 2015, conforme tabela constante em folhas 173, atendendo à legislação da licitação. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, que segue juntado sob folhas 181 a 186, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação operação, manutenção e conservação de parques, FEMA, despesas correntes, para a presente contratação. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$ 8.907.242,22 para a contratação, por 12 meses, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 22 de agosto. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Algum comentário? Conselheira Sônia.

Cons. Sônia: Me chama a atenção, o valor desse processo.

Secretário Executivo Rubens Borges: Da contratação.

Cons. Sônia: Quanto a isso, eu recupero um pouco uma fala da Bianca, que algumas reuniões atrás, sobre a revisão que SEMPLA estava propondo dos contratos de vigilância em geral, na prefeitura. E isso, para mim, foi um alento. Saber que a prefeitura estava recuperando esse formato de contratação. Mas a gente não teve mais notícia. Agora, nove milhões... Eu realmente... Me chama a atenção esse valor. Eu gostaria de saber se tem alguém que possa explicar porque que é esse valor.

Secretário Executivo Rubens Borges: O Guilherme talvez possa. Mas a gente tem as planilhas de cálculo nos processos. O Guilherme está consultando. E nesse caso aqui, é um caso até especial, porque são parques naturais que são sujeitos a invasões, a uma série de problemas, por serem na beira de mananciais, e tal. Mas eu acho que com relação aos custos do contrato, talvez o Guilherme tenha alguma informação adicional.

Guilherme: Eu acredito que não... Precisaria ver na planilha de postos de vigilância, e nos... Eu estou consultando o processo aqui. Mas eu não tenho, de cabeça, como é o vigente. Essa aqui é uma contratação nova. Como seria o vigente, porque o vigente não... Os parques, hoje, não têm vigilância. E precisa ver qual se houve mudança do processo anterior para esse. Mas eu queria achar a planilha de postos de vigilância. O diretor da divisão 8, que trata dos parques naturais, ele está presente. Se ele quiser falar sobre... Enquanto eu...

Leandro: Leandro, eu sou diretor de DEPAVE 8, Divisão Técnica de Unidade de Conservação. Obrigado pela oportunidade de falar aqui. Eu não vou falar pela questão financeira, porque não é a minha área. Eu sou o diretor da Divisão Técnica que faz a gestão da unidade. E eu gostaria de pedir, se possível, em uma próxima reunião do CONFEMA, se a gente pudesse ter uns 15 minutinhos, eu faria uma apresentação dos parques naturais municipais. Porque a grande maioria dos paulistanos nem sabe que existem unidades de conservação municipais aqui na cidade de São Paulo. O que eu posso garantir é o seguinte: a gente está falando de 1500 hectares de áreas protegidas. É que são áreas bem grandes. E sua maioria resguarda o pouco que restou da biodiversidade no município de São Paulo, da fauna e flora nativa. São áreas muito especiais, mesmo. Eu acho que inclusive, o valor está até aquém do que a gente precisaria para manter esses lugares, porque precisaríamos de uma vigilância armada, inclusive, de guardas-parques. Nos moldes que a gente tem nos parques estaduais, nos parques nacionais, que é a mesma categoria de unidade de conservação. A gente só está falando da esfera municipal. E três deles estão contornados por outra unidade de conservação, de uma outra categoria, de uso sustentável, que é uma APA. Então é uma relação bem diferenciada dos parques urbanos, por isso eu não vou me alongar muito aqui. Mas eu, se fosse possível, faria uma apresentação na próxima reunião, mais detalhada, e até gostaria de convidar os Conselheiros do CONFEMA para que a gente organizasse até uma ida aos parques, fizesse uma visita técnica nessas unidades. A gente pode combinar tudo isso. É o que eu venho insistindo o tempo todo, para que a gente faça esse exercício, de mostrar para os paulistanos o quão rico a gente tem nessa região, ainda preservada. Então está aberto o convite para vocês. Muito obrigado.

Cons. Bianca: Bianca, SEMPLA. Eu quero falar já, que eu aceito. O convite está aceito.

Secretário Executivo Rubens Borges: Eu não sei se o Guilherme encontrou a informação, mas... encontrou?

Guilherme: São 41 postos de vigilância, 24 horas, ininterruptas, desarmada, com habilitação. Eu estava tentando achar se algum veículo... ou... você tem conhecimento se tem veículo de transporte



também, que encarece o contrato. E aí, qualquer dúvida que vocês tenham, está aberto aqui para visualizar.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom, então, esclarecidas as dúvidas, vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então a proposta foi aprovada por unanimidade. Próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre contratação de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada para o Parque do Carmo. O processo 2009.0.348.219-9. O valor inicial é R\$ 2.476.213,28, sendo R\$ 1.688.598,36 para a prorrogação, R\$ 506.748,33 para o reajuste, e R\$ 280.866,59, referente a reequilíbrio econômico-financeiro. Análise da proposta: trata a presente proposta de prorrogação contratual de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada para o Parque do Carmo, registrado sob número 15/SVMA/2010. Em folha 990, foi juntada a solicitação de DAF G para apreciação do CONFEMA, para utilização de recursos do FEMA para o custeio da referida prorrogação. Com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município, de folhas 780 a 784, não se verificam em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica e orçamentária: a presente proposta origina-se da solicitação de DAF com relação à necessidade de recursos do FEMA para prorrogação contratual por mais 9 meses, acrescido de valores referentes à reequilíbrio econômico-financeiro, solicitado pela contratada, conforme consta em folha 924. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de operação, manutenção e conservação de parques, FEMA, despesas correntes, para a presente prorrogação. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 2.476.213,28, referente a prorrogação contratual, acrescido de reajustes e equilíbrio econômico-financeiro, respeitada a utilização de dotação própria, atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. A CAV recomenda que na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que a despesa ocorra, preferencialmente, pelo orçamento da SVMA. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Nesse caso, foi encaminhado um adendo que a Comissão realizou, por conta de um recálculo do reequilíbrio econômico-financeiro. Então o adendo tem o seguinte texto: valor total - R\$ 2.405.996,63, sendo R\$ 1.688.598,36 para a prorrogação, R\$ 506.748,33 referente ao reajuste, e R\$ 210.649,94 referente ao reequilíbrio econômico-financeiro. Análise e avaliação da proposta: inicialmente, o cálculo de reequilíbrio econômico-financeiro foi realizado, considerando-se o período de 12 meses, no montante de R\$ 280.866,59. No entanto, DAF efetuou uma correção nos valores, considerando apenas 9 meses, período real de competência do reequilíbrio, o que corresponde ao valor de R\$ 210.649,94. Assim sendo, o valor total a ser apreciado pelo CONFEMA é de R\$ 2.405.996,63, e não como constou no relatório inicial, R\$ 2.476.213,28. Permanecem todos os outros itens avaliados no relatório inicial. São Paulo, 26 de agosto de 2014, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Alguma dúvida? Conselheiro Mamerto.

Cons. Mamerto: Mamerto, Secretaria de Finanças. Só para esclarecer essa questão do equilíbrio econômico, se alguém ficar com a dúvida, o que é esse equilíbrio econômico-financeiro. Por que isso ocorreu? Isso aconteceu por conta de uma lei federal, que criou um adicional de periculosidade para os vigilantes, e, naturalmente... acho que foi coisa de 15% a mais, se eu não me engano, então eventualmente, o prestado de serviço de vigilância, ele tem que ter o seu reequilíbrio econômico. Porque isso não estava previsto na planilha dele, de custos.

Secretário Executivo Rubens Borges: Encarece o contrato.

Cons. Mamerto: Então é plenamente justificável esse reequilíbrio.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então está ok. Então, com as considerações do Conselheiro Mamerto, vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então a proposta foi aprovada por unanimidade. Próximo ponto de pauta é apreciação de contratação de serviços de vigilância patrimonial desarmada para os parques do grupo Centro-Oeste. Processo 2011.0.074.761-0. Proponente, é a SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$ 574.094,63, sendo R\$ 398.127,09 para a prorrogação, R\$ 51.278,77 referente ao reajuste e R\$ 124.688,77 referentes ao reequilíbrio econômico-financeiro. Análise da proposta: trata a presente proposta de prorrogação contratual de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada para os parques do grupo Centro-Oeste, registrado sob número 40/SVMA/2011. Em folha 1780 foi juntada



a solicitação de DAF para apreciação do CONFEMA para utilização de recursos do FEMA para o custeio da referida prorrogação. Com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município, de folhas 1495 a 1499, não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para a contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica: a presente proposta origina-se da solicitação de DAF G, com relação à necessidade de recursos do FEMA para prorrogação contratual por mais um mês, acrescido de valores referentes a reequilíbrio econômico-financeiro solicitado pela contratada, conforme consta em folhas 1735 a 1749. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA, na dotação, operação, manutenção e conservação de parques, FEMA, despesas correntes para a presente prorrogação. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 574.094,63, referente à prorrogação contratual, acrescido de reajustes e reequilíbrio econômico-financeiro. Respeitada a utilização de dotação própria, atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 22 de agosto de 2014. Esse caso também houve reequilíbrio econômico-financeiro, então houve um adendo do parecer técnico. Esse adendo consta valor total, R\$463.260,17 para a prorrogação, R\$ 51.278,77 referente a reajuste, e R\$ 13.854,31 referente ao reequilíbrio econômico-financeiro. Análise e avaliação da proposta: inicialmente o cálculo do reequilíbrio econômico-financeiro foi realizado, considerando-se o período de janeiro até setembro de 2014, no montante de R\$ 124.688,77. No entanto, DAF efetuou uma correção nos valores, considerando apenas um mês, período real de competência do reequilíbrio, o que corresponde ao valor de R\$ 13.854,31. Assim, o valor total a ser apreciado pelo CONFEMA é de R\$ 463.260,17, e não como constou no relatório inicial, R\$ 574.094,63. Permanecem todos os outros itens avaliados no relatório inicial. São Paulo, 26 de agosto, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Conselheira Sônia?

Cons. Sônia: Só uma observação, aqui no parecer que a gente recebeu, a gente tem o valor total de R\$ 574.094,00, sendo que R\$398.000,00 é para prorrogação. Você abre para mim, por favor? No seu, aí. Aí, no total... Está vendo que os R\$ 463.000,00 que é o total, pelo que eu estou entendendo, virou prorrogação, aí.

Secretário Executivo Rubens Borges: Ah, certo. É. Houve um erro aqui. Na verdade, esse é o total. E não o da prorrogação. Da prorrogação é quinhentos...

Cons. Sônia: O da prorrogação se mantém 398?

Secretário Executivo Rubens Borges: Se mantém. Só foi revisto o cálculo do reequilíbrio econômico-financeiro. Que tinha sido calculado de janeiro a setembro, e que agora, está sendo calculado somente pelo prazo da prorrogação.

Cons. Sônia: Que é de um mês, só?

Secretário Executivo Rubens Borges: Que é de um mês.

Cons. Sônia: E aí eu pergunto: qual é a vantagem de fazer uma prorrogação de um mês?

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, aí existem vários problemas. Eu não sei se foi a empresa que... É porque é assim: o DEPAVE solicita a prorrogação normalmente por mais de um mês, para que a gente tenha o contrato em andamento, até que a próxima licitação dê resultado. Só que a empresa, ela tem a prerrogativa de concordar ou não com essa prorrogação mais extensa. Neste caso, houve a concordância de prorrogação por mais um mês, para que dê tempo de andar a licitação. Se eventualmente não andar, o DEPAVE vai ter que fazer nova consulta, pegar uma nova concordância da empresa, e submeter novamente ao CONFEMA. Mas isso é uma coisa que é uma prerrogativa da empresa, essa manifestação. O Guilherme queria acrescentar alguma coisa? Não? É isso mesmo, então.

Cons. Sônia: Outra pergunta que eu queria falar, é quais são esses parques do Grupo Centro-Oeste?

Secretário Executivo Rubens Borges: Aí a gente teria que consultar aqui no processo.

Cons. Sônia: Só enquanto consulta aí, essa pergunta de quais são os parques, normalmente no parecer técnico, vem descrito.

Secretário Executivo Rubens Borges: Vem descrito. É. Esse aqui não...

Cons. Sônia: Então esse parecer técnico aqui, está bem esquisito.



Secretário Executivo Rubens Borges: Não. Na verdade, é assim: faltou essa informação, e houve um erro ali, daquele cálculo. Mas isso, com certeza, foi em função da pressa. Porque se vocês olharem, os relatórios técnicos foram feitos esta semana. Então, às vezes, em função disso, a gente acaba atropelando algumas etapas, aí, da análise. O Guilherme vai prestar as informações.

Guilherme: Guilherme, DEPAVE G. Parques do Grupo Centro-Oeste: são Aclimação, Parque Independência, Trianon, que chama Tenente Siqueira Campos, Buenos Aires, Luiz Carlos Prestes, Parque Cemucam, Parque Previdência, Parque Raposo Tavares, Parque Colina de São Francisco, e Leopoldina Villas Boas. São esses parques.

Cons. Sônia: Esses parques então, que estão com perigo de ficar sem vigilância? Porque se é um mês só de prorrogação? Para conseguir fazer uma licitação. Que é uma licitação difícil, essa.

Guilherme: A contratação já está em andamento. A nova contratação. Em um mês... Se não ocorrer nada, nenhuma impugnação, nem nada, deve sair. A empresa... Normalmente a gente pede o mínimo de 6 meses, a prorrogação. Ela, no caso, por não ter saído o reequilíbrio econômico ainda, e a lei é de 2012, com portaria regulamentada em 2013, dezembro de 2013, já tem aí uns sete meses em andamento, sem o reequilíbrio. A partir do momento do reequilíbrio do contrato, o que defasava ainda mais a empresa a não aceitar, aí sim, se precisar, eu acredito que eles vão prorrogar, depois do reequilíbrio.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então a proposta foi aprovada por unanimidade. Próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre solicitação de recursos para abertura de processo licitatório visando a contratação de serviços de vigilância patrimonial desarmada para os parques municipais que integram o Grupo Sul. Processo 2013.0.164.017-0. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$ 9.573.326,55. Análise da proposta: trata a presente proposta de solicitação de recursos do FEMA para contratação de serviços de vigilância patrimonial desarmada para os parques municipais que integram o Grupo Sul, formado pelos parques Guarapiranga, Eucaliptos, Nabuco, Santo Dias, Severo Gomes, Cordeiro e Casa Modernista. Em folha 196 foi juntada a solicitação de DAF para utilização de recursos do FEMA, para custeio do contrato, com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município de que não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para contratação de serviços de vigilância e segurança desarmada para os parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF G com relação à necessidade de deliberação do CONFEMA para utilização de recursos do FEMA, no montante de R\$ 9.573.326,55, para contratação dos serviços por 12 meses, contemplando o presente exercício, 2014 e 2015. Conforme cronograma constante de folha 189, atendendo a legislação da licitação. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, que segue juntada sob folhas 76 a 88, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA, na dotação de operação, manutenção e conservação de parques, FEMA, despesas correntes, para a presente contratação. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$ 9.573.326,55, sendo R\$ 191.108,85 para o exercício de 2014, e R\$ 6.382.217,70 para o exercício de 2015, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. A CAV recomenda que na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que a despesa ocorra, preferencialmente, pelo orçamento da SVMA. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Nesse caso também tem um adendo. Até por conta do erro que foi detectado no relatório inicial. Então o valor da proposta é R\$ 9.573.326,55. E análise e avaliação da proposta no adendo é de que DAF G solicitou o valor total de R\$ 9.573.326,55, deixando de considerar a aprovação anterior sobre resolução 39/CONFEMA/2014, de 25/4/2014, no valor de R\$ 5.514.913,82, para abertura do processo licitatório, visando a contratação de serviços de vigilância patrimonial desarmada para os parques municipais que integram o Grupo Sul. Assim, o valor total a ser apreciado pelo CONFEMA é de R\$ 4.058.412,73. E não como constou do relatório inicial, R\$ 9.573.326,55. Permanecem os outros itens avaliados no relatório inicial. Então na verdade, é que já havia uma resolução do CONFEMA, autorizando a utilização de R\$ 5.514.000,00 em abril. E então agora, propõe-se a aprovação da diferença para completar o recurso necessário para a licitação. Dúvidas? Então, Conselheira Bianca em seguida, a Conselheira Sônia.



Cons. Bianca: Bianca, SEMPLA. Eu queria parabenizar o trabalho que o FEMA tem feito em relação à regulamentação e verificação das propostas anteriores, batendo com as atuais. Eu acho que esse trabalho de vocês está muito bom. Parabéns. Eu imagino que deve ser bem trabalhoso verificar tudo...

Secretário Executivo Rubens Borges: A gente agradece, e realmente dá trabalho. Porque você precisa puxar todo o histórico de cada um dos contratos, todas as resoluções. Então é trabalhoso, e o nosso prazo é muito curto, porque as reuniões têm sido quinzenais, praticamente. Então tem sido uma dedicação extra da equipe. Eu agradeço em nome da equipe toda. Conselheira Sônia.

Cons. Sônia: Eu parabenizo também. Eu estava exatamente pensando nessa questão. Quando você falou do parecer, eu estava até procurando aqui, o Grupo Sul. Se não tinha o Grupo Sul. Porque eu tinha achado aqui, já, o Grupo Centro-Oeste. Vigilância patrimonial do Grupo Centro-Oeste no dia 27/6. Foi aprovado R\$ 898.811,00 para contratação. Não vou me lembrar agora se é prorrogação ou se é contratação. Mas tem aqui, vigilância patrimonial do parque do grupo Centro-Oeste, R\$ 898.811,74. Resolução CONFEMA/062, do dia 27/6/2014.

Secretário Executivo Rubens Borges: Como as prorrogações têm sido por períodos curtos. Às vezes três meses, um mês, como nesse caso que a gente viu, então a gente tem várias resoluções para um mesmo processo. Para um mesmo contrato. E a equipe técnica do FEMA, ela tem sempre que avaliar se já não houve aprovação anterior de recursos, que cubram aquele mês que está sendo solicitado. Então nesse caso aqui, por exemplo, o valor total solicitado contempla um ano. Só que já havia sido feita uma aprovação anterior, então a gente tem que observar se o valor, realmente, é o valor integral, ou só a diferença. Se caso fosse aprovado pelo CONFEMA mais 9 milhões, nós teríamos aí, quase 14 milhões, 13 milhões e alguma coisa, para um contrato de 9. Então de repente, a gente estaria aprovando um valor maior que comprometeria o orçamento, mas que na realidade, não seria utilizado. Então esse trabalho é feito em todos os processos, assim, sistematicamente.

Cons. Sônia: Esses R\$5.514.000,00 do Grupo Sul, ele era por seis meses?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. Essa é a diferença necessária para contratação por um ano.

Cons. Sônia: Não, mas esse... A resolução CONFEMA...

Secretário Executivo Rubens Borges: Ah, sim. A anterior era para uma prorrogação.

Cons. Sônia: De seis meses?

Secretário Executivo Rubens Borges: De seis meses. Que é para dar tempo desta licitação, dar andamento e fazer uma nova contratação.

Cons. Sônia: Ah, entendi. Entendi. Então eu posso pedir para que seja verificada essa resolução 062 com relação ao grupo Centro-Oeste?

Secretário Executivo Rubens Borges: 062. Eu não tenho elas aqui, disponíveis. O processo têm as resoluções. Não. Está no processo.

Cons. Bianca: Bianca, SEMPLA. Pelo valor, está com cara de ser uma prorrogação rápida.

Secretário Executivo Rubens Borges: Possivelmente, prorrogação. Só um minutinho. Que a gente está localizando no processo, a resolução anterior. Localizado. Conselheira Sônia, então a gente localizou aqui a última prorrogação. Foi pelo período de 2 meses. Então esses R\$ 898.811,00 era por dois meses. Por isso que dá esse valor. Então está esclarecido. Então voltando aqui, ao nosso relatório, vamos à votação. Então os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, dos parques do Grupo Sul, permaneçam como estão. Então a proposta está aprovada por unanimidade. Próximo ponto de pauta, acho que o último, é apreciação e deliberação sobre contratação de segurança e vigilância patrimonial desarmada para o Parque do Ibirapuera. Processo 2014.0.143.911-6. SVMA-DEPAVE é o proponente. Valor total, R\$ 15.452.186,38. Análise da proposta: trata a presente proposta de contrato de serviço de segurança e vigilância patrimonial desarmada para o Parque do Ibirapuera. Em folhas 60 e 61 foi juntada a solicitação de DAF para apreciação do CONFEMA para regularização da utilização de recursos do FEMA para o custeio do contrato. Com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município de que não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica: a presente proposta origina-se da solicitação de DAF G para a utilização de recursos do FEMA para custear a contratação de segurança e vigilância patrimonial desarmada para o Parque do Ibirapuera. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, que segue juntada em folhas 62 a 67, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação operação, manutenção e conservação de parques, FEMA, despesas correntes, para a presente contratação. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a



proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município da Secretaria de Negócios Jurídicos, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 15.452.186,38, referente à contratação, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 22 de agosto, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então vamos à votação. Esse aqui eu não sei se tem adendo. Acho que não. Não. Não tem. É só parecer. Podemos ir à votação? Então os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então a proposta foi aprovada por unanimidade. E assim, a gente conclui os pontos de pauta. Agradeço a atenção de todos, e a dedicação até o adiantado da hora aqui da reunião, e até a próxima, se Deus quiser. Obrigado a todos.